

OBSTÁCULOS NA TRANSFORMAÇÃO
DE DINÂMICAS PESSOAIS E RELACIONAIS
DE HOMENS EM SITUAÇÃO
DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

José Guilherme Couto de Oliveira

Monografia

Curso de formação em Terapia sistêmica de família

Orientador: Jorge Bergallo

ITF-RJ

2006

SINOPSE

Um dos projetos do Instituto Noos é o de um grupo reflexivo para homens em situação de violência doméstica. Os principais obstáculos parecem ocorrer antes do início do grupo, impedindo a participação de muitos candidatos. Esta pesquisa procurou identificar as dificuldades responsáveis por estas desistências e contextualizá-las dentro de um referencial teórico que contribua para seu entendimento. Em seguida são feitas algumas proposições que visam facilitar a transposição destes obstáculos.

A não-violência é a qualidade mais fina da alma, mas ela se desenvolve por meio da prática.

Mahatma Gandhi¹

Introdução

As terapias de família vêm abordando situações de conflito familiar, e freqüentemente estes conflitos envolvem questões de gênero, como o são usualmente as situações de violência doméstica. Para lidar com estas questões, têm-se revelado eficaz abordagens complementares que promovem um outro recorte que não apenas o da família – o de agrupamentos de homens e mulheres de diferentes famílias mas que partilham dificuldades semelhantes.

O Instituto Noos² vem desenvolvendo um trabalho com homens inseridos em dinâmicas de violência doméstica intra-familiar, a partir do enfoque sistêmico do construcionismo social. Uma parte desse trabalho envolve um conjunto de encontros com grupos reflexivos desses homens, sendo que vários já chegaram a termo.

Como participante dessa equipe desde 2005, me envolvi também no processo inicial de constituição dos grupos. Isso me possibilitou a percepção de que, apesar da avaliação no final desses grupos indicar ótimos resultados, a maior dificuldade encontrada não estava no decorrer do grupo, mas na impossibilidade de muitos desses homens poderem aceitar a ajuda oferecida.

Este trabalho se propõe então, a tentar identificar os obstáculos que estes homens encontram em todo o processo de busca da superação de uma dinâmica de violência que os faz sofrer desde a identificação deste sofrimento, muito antes de qualquer encaminhamento para uma solução jurídica ou terapêutica. A partir da identificação dos obstáculos encontrados e do que em alguns casos facilitou a sua superação, pretendemos propor estratégias que

¹ As citações no início de cada capítulo foram obtidas no site [Citador].

² O Noos - Instituto de Pesquisas Sistêmicas e Desenvolvimento de Redes Sociais - fundado em 1994, é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, cuja missão é desenvolver, executar e difundir práticas sociais participativas que contribuam para a melhoria das relações entre as pessoas, famílias, instituições e comunidades.

possam abordar os casos dos homens que hoje não conseguem participar, começar ou concluir o grupo de reflexão.

Essa análise será desenvolvida partindo-se de considerações teóricas sobre questões de gênero e de violência aliadas à uma reflexão de nossa prática na facilitação desse grupos, aplicadas aos dados através:

- dos registros do processo de triagem,
- dos questionários aplicados aos candidatos,
- dos relatos dos encontros dos grupos e
- de entrevistas realizadas com candidatos e participantes dos grupos.

A primeira violência é a verbal, que é muito simbólica e abre as portas a todas as outras violências. Há sempre uma fase de violência verbal antes da passagem ao acto.

Isabelle Alonso

Conceituações

Vejamos inicialmente como alguns termos referentes ao tema são conceituados:

2.1 Violência

A questão da violência tem se revelado um problema grave. A 49ª Assembléia Mundial de Saúde, já em 1996, caracterizava a violência como um dos principais problemas mundiais de saúde pública. [Krug, 2002]

“Todo ano, mais de um milhão de pessoas perdem suas vidas e muitas outras sofrem lesões não fatais, resultantes da violência auto-inflingida, interpessoal ou coletiva.” [Krug, 2002, p. 3]

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), a violência é:

“O uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação.” [WHO, 1996]

Dentro de uma visão sistêmica, Maturana aponta como que a violência, como qualquer conduta, se insere dentro da rede de conversações da linguagem, referindo-se àquelas situações nas quais alguém se move em relação ao outro no extremo da exigência de obediência e submissão. [citado por CODDOU, 1995]

Marcelo Pakman trouxe uma contribuição que nos permitiu romper a delimitação dos óculos da culpabilização, buscando formas mais eficazes de transformação das dinâmicas de violência do que a condenação do vitimizador; essa em si, freqüentemente mais um ato de violência.

“Tanto o discurso jurídico como o da consciência moral coincidem em fossilizar-se no indivíduo, ora como uma vítima cujos sintomas derivam de processos psicológicos internos causados por ‘fatores externos’, ora como vitimizador cuja psicologia é uma

‘caixa negra’ na qual jaz o mal e cuja única possibilidade de ascender ao perdão radica em construir-se a si mesmo como uma vítima que deve ser perdoada.” [Pakman, 2000]

Ele abre novas perspectivas para conduta da sociedade a partir de uma análise do mito bíblico de Abel e Caim:

“Para mim, a sobrevivência de Caim com a intervenção de Deus é o mais antigo ‘programa de prevenção às testemunhas’ de que se tem notícia. Em vez de castigar Caim de imediato, permitindo simplesmente que fosse assassinado, Deus se preocupa com sua sobrevivência porque quer que ele continue vivo para dar testemunho do que viu. Não basta saber quem é o vitimizador e castigá-lo: deve acontecer algo mais, e Deus procura facilitar que aconteça.” [...]

“[Caim] deve continuar vivo a fim de gerar um debate social sobre a complexa rede de circunstâncias que rodeiam a violência. Deve continuar vivo para que as pessoas possam falar dele e com ele, para que possam saber juntos em quê consiste a violência e suas conseqüências, a ética de nosso ser no mundo sem ter garantias naturais ou sobrenaturais de que seremos protegidos de nós mesmos. E para conhecer a violência, este debate pode lograr algo mais que achar um culpado e castigá-lo com a pena de morte.” [Pakman, 2000]

Ele entende a violência dentro de um contexto social como uma forma de abuso do poder³:

“Por **poder** entendo um contexto de interação que permite que certos membros de um sistema social dado definam o que é que vai ser validado como real para outros membros do sistema. Essa definição, que pode ou não ser expressa lingüisticamente, estará sempre encarnada em práticas cotidianas que geram, mantêm ou reforçam essa “realidade” assim criada. Esse poder pode ser eventualmente instrumentalizado através da **violência**, entendida como aquele contexto de interação em que alguns membros de um sistema social dado são negados ou invalidados como **sujeitos sociais**, emissores únicos e originais de linguagem e atores de uma história intransferível.” [Pakman, 1993]

Considero tal violência como um padrão fractálico, isto é, um padrão que se replica em todos os níveis de estratificação⁴. Ele pode ser encontrado na sociedade humana desde as maiores escalas como a da quebra da sustentabilidade ambiental, seguida das disputas internacionais (guerras, políticas econômicas chauvinistas, colonização ou escravização de povos, ...) até a escala da interioridade do ser humano (autocondenação, baixa auto-estima, negligência consigo, ...), passando pelas diversas escalas intermediárias das nações,

³ Entretanto, cabe atentar para o fato que, apesar de sua utilidade no campo das ciências humanas e sociais, essas conceituações de violência não abrangem as demais conotações do uso coloquial da palavra como, por exemplo, os cataclismos da natureza. Entretanto, esta perspectiva está de acordo com os pressupostos de uma visão sócio-construcionista, onde a forma que interagimos com o mundo decorre das descrições que elegemos fazer dele, e é dessa escolha que decorre a nossa responsabilidade pela realidade que construímos. [Zuma, 1995]

⁴ Ferri, 2000.

comunidades, associações e famílias. Entendo esse padrão como sendo decorrente de uma organização patriarcal da sociedade. Concordando com Maturana:

“Em minha opinião, nossa cultura patriarcal centrada na dominação e na submissão, nas hierarquias, na desconfiança e no controle, na luta e na competição, é uma cultura geradora de violência porque vive em um espaço relacional inconsciente de negação outro.” [citado por Coddou, 1995]

A relação existente entre violência e poder os situam em uma região de comunicação paradoxal – se por um lado a violência é temida e mal-vista pelo discurso social, por outro ela é valorizada e mantida por normas, ideais e costumes necessários à manutenção desse poder e que se situam entre os maiores fatores de risco social para a violência, tais como:

- Normas culturais que apóiam a violência como uma forma aceitável de solucionar conflitos
- Normas que dão prioridade aos direitos dos pais sobre o bem-estar da criança
- Normas que reafirmam o domínio masculino sobre as mulheres e crianças
- Normas que validam o uso abusivo da força pela polícia contra os cidadãos
- Normas que apóiam os conflitos políticos
- Normas que apóiam o porte de armas pessoais

A OMS tipifica a violência segundo as seguintes categorias: [Krug, 2002]

- Auto-inflingida
 - Comportamento suicida
 - Auto-abuso
- Interpessoal
 - Família / parceiro
 - ★ Criança
 - ★ Parceiro
 - ★ Idoso
 - Comunidade
 - ★ Conhecido
 - ★ Estranho
- Coletiva
 - Social
 - Política
 - Econômica

E também quanto à sua natureza, que pode ser:

- Física
- Sexual
- Psicológica
- Privação ou negligência

Para um melhor entendimento das naturezas acima, podemos tomar como referencial alguns conceitos emprestados do estudo da violência sobre crianças e adolescentes:

* abuso físico:

“Qualquer ação, única ou repetida, não acidental, cometida por um agente agressor adulto (ou mais velho que a criança ou adolescente), que lhes provoque dano físico. O dano provocado pelo ato abusivo pode variar de lesão leve a conseqüências extremas como a morte.” [Deslandes, 1994]

* abuso sexual:

“Consiste em todo ato ou jogo sexual, relação heterossexual ou homossexual cujo agressor está em estágio de desenvolvimento psicosssexual mais adiantado que a criança ou adolescente. Tem por intenção estimulá-la sexualmente ou utilizá-la para obter satisfação sexual. Apresenta-se sobre a forma de práticas eróticas e sexuais impostas à criança ou ao adolescente pela violência física, ameaças ou indução de sua vontade.

Este fenômeno violento pode variar desde atos em que não se produz o contato sexual (voyeurismo, exibicionismo, produção de fotos), até diferentes tipos de ações que incluem contato sexual sem ou com penetração. Engloba ainda a situação de exploração sexual visando lucros com é o caso da prostituição e da pornografia.” [Brasil - Ministério da Saúde, 2002]

* abuso psicológico:

“Constitui toda forma de rejeição, depreciação, discriminação, desrespeito, cobranças exageradas, punições humilhantes e utilização da criança ou do adolescente para atender às necessidades psíquicas dos adultos. Todas essas formas de mal-tratos psicológicos causam danos ao desenvolvimento e ao crescimento biopsicossocial da criança e do adolescente, podendo provocar efeitos muito deletérios na formação da personalidade e na forma de encarar a vida.

Pela falta de materialidade do ato que atinge, sobretudo, o campo emocional e espiritual da vítima e pela falta de evidências imediatas de maus-tratos, este tipo de violência é dos mais difíceis de ser identificado.” [Brasil - Ministério da Saúde, 2002]

* negligência e abandono:

“Assim são chamadas as omissões dos pais ou de outros responsáveis (inclusive institucionais) pela criança e pelo adolescente, quando deixam de prover as necessidades básicas para o seu desenvolvimento físico, emocional e social.

O abandono é considerado uma forma extrema de negligência. A negligência significa omissão de cuidados básicos como a privação de medicamentos; a falta de atendimento aos cuidados necessários com a saúde; o descuido com a higiene; a ausência de proteção contra as inclemências do meio como o frio e o calor; o não provimento de estímulos e de condições para a frequência a escola.” [Brasil - Ministério da Saúde, 2002]

O modelo ecológico para entender as dinâmicas da violência [Krug, 2002, p.12-15], dispõe em quatro níveis a identificação dos fatores que as compõem:

- * individual – fatores biológicos e pessoais
- * relacional – relações com pessoas próximas como familiares e amigos
- * comunitário – relações de vizinhança e coleguismo
- * social – tensões entre diferentes grupos ou países; normas culturais

2.2 Violência doméstica

A **violência doméstica** se refere àquela acima caracterizada como Interpessoal referente à Família/Parceiro, e perpassa todas as quatro naturezas citadas. Ela ‘ocorre em grande parte entre os membros da família e parceiros íntimos, normalmente, mas não exclusivamente, dentro de casa’ [Krug, 2002], atingindo o parceiro íntimo ou qualquer membro da família (crianças, adolescentes, adultos, idosos), homens ou mulheres, como testemunha, vítima e/ou agressor. Com a redefinição do conceito de família para além dos laços co-sangüíneos, a própria definição de violência familiar pode correspondentemente ter a sua abrangência reconfigurada.

“Por *família* se entende uma instituição privada, passível, neste mundo pós-moderno, de vários tipos de arranjo, mas basicamente tendo a função de socialização primária das crianças e dos adolescentes.” [Schenker, 2003]

“Podemos então, definir família como um conjunto invisível de exigências funcionais que organiza a interação dos membros da mesma, considerando-a, igualmente, como um sistema, que opera através de padrões transacionais. Assim, no interior da família, os indivíduos podem constituir subsistemas, podendo estes ser formados pela geração, sexo, interesse e/ ou função, havendo diferentes níveis de poder, e onde os comportamentos de um membro afetam e influenciam os outros membros. A família como unidade social, enfrenta uma série de tarefas de desenvolvimento, diferindo a nível dos parâmetros culturais, mas possuindo as mesmas raízes universais” [Minuchin, 1990]

2.2.1 Incidência da violência doméstica

O espaço doméstico é um espaço privado, ele é ocupado nas sociedades patriarcais segundo costumes que lhe dão uma transparência muito menor que a do espaço público. Ditos populares como

- ▲ “em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher”,
- ▲ “roupa suja se lava em casa” e
- ▲ “é de pequenino que se torce o pepino”

ilustram a baixa visibilidade social do que ocorre entre as ditas quatro paredes.

Desta forma é difícil se ter uma boa avaliação da incidência da violência doméstica, ainda mais se levarmos em consideração que ela se torna ainda mais opaca devido aos tabus que a cercam, principalmente no tocante à violência sexual, tornando-a uma experiência que praticamente só é compartilhada socialmente através da própria cadeia de eventos que a reproduz. É talvez o assunto corriqueiro mais desconhecido socialmente, uma vez que ele não é comportado no próprio espaço doméstico que o gera. Apenas muito recentemente, os tabus que o cercam estão sendo enfraquecidos por uma divulgação que, se está chegando à mídia, ainda é vergonhoso demais para poder transparecer aos olhos dos vizinhos e ao ouvido dos familiares.

Vejamos alguns indicativos dessa incidência que já foram compilados:

“A violência doméstica é a maior causa de ferimentos femininos em todo o mundo, e a principal causa de morte de mulheres entre 14 e 44 anos.” [Human Rights Watch – 1996]

“Um em cada cinco dias em que as mulheres faltam ao trabalho é motivado pela violência doméstica.” [Banco Mundial, 1998]

“O risco de uma mulher ser agredida em sua própria casa pelo pai de seus filhos, ex-marido ou atual companheiro é nove vezes maior que sofrer algum ataque violento na rua ou no local de trabalho.” [BID, 1998]

“80% dos abusos sexuais cometidos contra crianças e adolescentes acontecem na casa da própria vítima.” [ABRAPIA, 2001]

“Em pesquisa realizada com 1328 adolescentes entre 11 e 17 anos 31,6% relataram sofrer violência por parte de ambos os pais, 13,6% apenas violência da mãe, e 7,6% do pai. No total, 52,8% dos adolescentes afirmaram sofrer violência de um ou de ambos os pais. Em relação à violência severa praticada pelos pais, observou-se um percentual de 12,8%.” [Claves, 1991]

2.3 Reflexão

Os grupos de homens envolvidos em situações de violência doméstica com os quais trabalhamos seguiram uma metodologia que promove a reflexão. A reflexão em grupo é utilizada como um dispositivo transformador da dinâmica de violência dentro da perspectiva que adotamos do construcionismo social:

“Todas as condutas humanas, já que somos seres na linguagem, surgem desde uma rede de conversações que é a cultura à qual pertencemos.” [Maturana citado por Coddou, 1995]

“[...] do mesmo modo que o viver no conversar substituiu o mundo particular em que vivemos, o viver no conversar nos permite mudar de mundo quando entramos na reflexão sobre o nosso viver. A reflexão é uma operação de linguagem que trata a própria circunstância como um objeto que se olha e se pondera, e sobre a qual se pode atuar. Para que a reflexão se dê, no entanto, se requer uma operação no emocionar que solta o apego à própria circunstância e a abre ao olhar reflexivo. A reflexão é o ato máximo de liberdade e, de certo modo, o dom máximo do viver humano. [...] A reflexão nos permite sair de qualquer armadilha. Mas, para refletir, devemos operar na biologia do amor que solta o apego à verdade ao admitir a legitimidade do outro.” [Maturana citado por Coddou, 1995]

Portanto, no avesso da reflexão, encontramos as operações de linguagem sobre as quais não é possível se ponderar, as atitudes onde a emoção está condicionada a um apego que limita os recursos para uma escolha que se possa traduzir como liberdade. Geralmente é neste contexto que se produzem tanto as manifestações psicossomáticas, quanto a maioria dos atos de violência - manifestações impulsivas e descontroladas ditadas por um desconhecimento de outra forma de descarga do afeto⁵.

Uma outra implicação da conceituação de Maturana está no entendimento de que, ao contrário dos que consideram a reflexão um processo individual, ele é, na verdade, um processo mediado socialmente. Para Knights [In.: Boud, Keogh e Walker, 1985], toda reflexão necessita de um refletor apropriado, que se dá na atenção de outra pessoa.

Para Boud, Keogh e Walker, o processo de reflexão envolve atividades intelectuais e afetivas que os indivíduos empregam para explorar suas experiências de forma a gerar novos entendimentos e avaliações. Ele pode ser visto como consistindo de três estágios:

- Voltando-se para a experiência: relembrando os aspectos mais relevantes da experiência, narrando-os para os outros;

⁵ Para uma introdução ao estudo da dinâmica entre carga e descarga, vide [Oliveira, 2005]

- Ocupando-se dos sentimentos: acomodando os sentimentos positivos e negativos sobre a experiência;
- Reavaliando a experiência: associando novos conhecimentos e integrando-os à estrutura conceitual do aprendiz. [Boud, Keogh e Walker, 1985]

Talvez um dos principais aspectos da reflexão seja o fato dela ser necessariamente criativa e não repetitiva. Ela é como uma reprodução sexuada, reproduz mas não copia, dá uma certa continuidade tanto pela diferença quanto pela semelhança. Transforma os insumos recebidos dos contextos que a promovem, adequando-os ao contexto a que se refere. É um ponto de articulação entre o individual e o social, o discriminar e o integrar, o se individualizar e o pertencer, o novo e a tradição, o problema e uma solução.

Nos termos da física quântica, a consciência é a ferramenta capaz de provocar o colapso da onda de probabilidades quânticas em realidade. A reflexão vai não só aumentar o grau de liberdade da consciência, abrindo o leque de possibilidades, como propiciar que as escolhas que provocam as condensações se dêem em novos rumos.⁶

A reflexão é uma operação de linguagem que opera sobre significados, permitindo novas definições, conceituações e narrativas que reconfiguram o problema a ser resolvido, remodelando o “beco sem saída”. Ao promover uma maior circulação de idéias, ela remove o entulho ideativo estagnado que fecha as rotas alternativas.

Tom Andersen parte do conceito de Maturana de que uma descrição é atributo do sistema observador e não do sistema observado para relacionar a reflexão à busca de novas descrições possíveis para o sistema observado (curiosidade). Em um constante diálogo interno permeado por um sentir-conhecer-agir cíclicos, as novas descrições do observador vão possibilitar novos significados (conhecer), gerando um leque mais amplo de possibilidades de ação.⁷

⁶ Para um aprofundamento da questão da consciência na física contemporânea veja [Goswami, 2005].

⁷ [Andersen, 1991, p.52, 65-67]

A violência, seja qual for a maneira como ela se manifesta, é sempre uma derrota.

Jean-Paul Sartre

Contextos

A violência decorre de múltiplos fatores concomitantes, ela não pode ser reduzida a relações lineares de causa e efeito, necessitando ser estudada a partir do paradigma das complexidades. Isso nos impele a abordar os diferentes contextos transversais que contribuem para sua caracterização na atualidade brasileira.

3.1 Pós-moderno

A violência da negação do outro, caracterizada por Maturana e Pakman, vem sendo produzida de formas cada vez mais sofisticadas e sutis no atual espaço da cultura pós-moderna da sociedade de consumo; por um lado através da manipulação das necessidades e impulsos de consumo, por outro através da retirada das condições de acesso dos mais pobres ao bem comum [Shiva, 2005]. Mas se as formas são sutis, os seus resultados não o são: uma exclusão social galopante – o assim chamado “lixo humano”, os socialmente excluídos - se dissemina em múltiplas escalas: doméstica (a população de rua – os sem teto), urbana (a periferia desempregada – os sem trabalho) e internacional (campos de refugiados - os sem pátria).

Na atual sociedade global pós-moderna, a violência, como um padrão fractálico presente em múltiplas escalas, é sustentada por uma relação de causalidade circular entre essas mesmas escalas. Em particular, a violência institucional (coletiva) de uma ordem mundial freqüentemente desumana e negligente cria condições de risco onde graça a violência doméstica enquanto esta reproduz as condições para um aumento da violência coletiva. Apenas para citar um exemplo, tanto as altas taxas de desemprego quanto a necessidade de se trabalhar cada vez mais horas por dia para garantir o sustento são fatores estressantes que aumentam o risco da violência doméstica. Por outro lado, a necessidade de garantir o sustento em condições adversas afasta os pais de um maior convívio doméstico, e os deixa preocupados em educar os filhos de forma a que eles tenham mais chance de inserção

econômica, o que freqüentemente gera as atitudes de conformidade e submissão necessárias à reprodução da violência institucional.

O pós-modernismo tem originado uma cultura fóbica de compromissos⁸, como conseqüência de seu ritmo veloz, produtor de mudanças aceleradas e de obsolescências a curto prazo. Em particular, o capital foi se tornando volátil, desengajado, perito na arte da fuga, invisível e extraterritorial.⁹ O poder público, cada vez mais atrelado ou subjugado pelo capital especulativo¹⁰, vem se mostrando gradativamente menos engajado, na prática senão no discurso, com os cuidados básicos para com a população, caracterizando uma situação de crescente negligência e abandono. Um abandono visível na imensa população de excluídos, ainda que maquiado por uma manipulação cultural *expert* em desviar o foco das atenções para as celebridades e ideais fabricados e freqüentemente inacessíveis de bens e serviços.

Dentro do contexto urbano, o imenso crescimento das megalópoles no século XX, a partir de uma intensa migração proveniente das zonas rurais, trouxe consigo não só os fatores de risco para a violência decorrentes da mudança do contexto cultural, com a sua desconexão com as culturas e redes sociais de origem; como uma crescente população urbana marginalizada, desempregada ou sub-empregada, em si um alto fator de risco para a violência.

Levemos ainda em consideração as alterações ocorridas com a visibilidade da violência: se no século XIX a violência percebida era visível a olho nu e ocorria conosco ou a nosso redor, hoje em dia o bombardeio de informações sobre a violência urbana e internacional é de uma freqüência várias ordens de grandeza maior que aquela que presenciamos diretamente. Por outro lado, vivemos em um mundo onde só é real o que aparece na telinha¹¹, e quem aparece são os outros, tanto mais quanto mais distantes de nós mesmos. Podemos nos assustar com a violência no Iraque, mas estamos tão acostumados com a violência a que somos submetidos no nosso cotidiano, a ponto de muitas vezes nem reconhecê-la como tal.

⁸ [Bauman, 2003].

⁹ "... o efeito geral da nova mobilidade é que quase nunca surge para o capital e as finanças a necessidade de dobrar o inflexível, de afastar os obstáculos, de superar ou aliviar a resistência; e, quando surge, pode muito bem ser descartada em favor de uma opção mais suave. O capital pode mudar para lugares mais pacíficos se o compromisso com a 'alteridade' exigir uma aplicação dispendiosa da força ou negociações cansativas. Não há necessidade de se comprometer, basta evitar". [Bauman, 1999, p.18].

¹⁰ "De acordo com os cálculos de René Passat, as transações financeiras intercambiais puramente especulativas alcançam um volume diário de US\$1,3 bilhão - cinquenta vezes mais que o volume de trocas comerciais e quase o mesmo que a soma das reservas de todos os 'bancos centrais' do mundo, que é de US\$1,5 bilhão. 'Nenhum estado', conclui Passat, 'pode portanto resistir por mais de alguns dias às pressões especulativas dos mercados' ". (Bauman, 1999, p.74)

“É claro que não se pode calcular o custo [da violência] humano em sofrimento e dor. Na realidade, muito deste custo é invisível. Ao mesmo tempo em que a tecnologia dos satélites tem tornado certos tipos de violência – terrorismo, guerras, rebeliões e tumultos civis – diariamente visíveis ao público, há muito mais violência ocorrendo de forma invisível nos lares, locais de trabalho e, até mesmo, em instituições médicas e sociais criadas para ajudar as pessoas. Muitas das vítimas são demasiadamente jovens, fracas ou doentes para se protegerem. Outras são forçadas por convenções ou pressões sociais a manterem silêncio sobre suas experiências.” [Krug, 2002, p.3]

Podemos identificar ao menos três grandes vieses de perpetração da violência coletiva:

- * O capital, principalmente o capital financeiro em escala mundial (mas também o produtivo), tem produzido uma agudização crescente da má distribuição de renda em termos globais¹², aumentando o abismo entre os excluídos e os ditos incluídos, e repassa para a sociedade os custos humanos, sociais e ambientais¹³. A própria dificuldade de se operar globalmente¹⁴ vem contribuindo para a dificuldade de reconhecimento da importância deste abismo na circularidade causal com as outras categorias de violência.
- * Os governos, incapazes de se contraporem à força do capital financeiro¹⁵ e com a necessidade de atraí-lo, cada vez menos propiciam o desenvolvimento da qualidade de vida da população e se voltam para a criação de condições atraentes para este capital. Tal atitude configura ao pé da letra uma situação de negligência, ou mesmo de abandono.
- * A mídia, que veicula a ordem pós-moderna do consumo e do individualismo¹⁶, dando um caráter de normalidade e valorização cultural a comportamentos que, a umas poucas décadas ou anos atrás, seriam considerados abusivos.¹⁷ Por outro lado, ela

¹¹ “A vida na telinha diminui e tira o charme da vida vivida: é a vida vivida que parece irreal enquanto não for remodelada na forma de imagens que possam aparecer na tela.” (Bauman, 2000, p.99)

¹² “(...) os \$50 bilhões de ajuda humanitária do Norte para o Sul é apenas um décimo do \$500 bilhões que são sugados de outra direção através de parcelas de pagamentos e outros mecanismos injustas da economia global imposta pelo Banco Central e pelo FMI.” [Shiva]

¹³ “Acrescentemos que toda associação das horrendas imagens da fome apresentadas na mídia com a destruição do trabalho e dos postos de trabalho (isto é, com as causas globais da pobreza local) é cuidadosamente evitada. (...) As riquezas são globais, a miséria é local – mas não há ligação causal entre elas, pelo menos não no espetáculo dos alimentados e dos que alimentam.” [Bauman, 1999, p.82].

¹⁴ “Em nosso mundo em rápido processo de globalização, ninguém é um ‘operador global’ puro e simples. O máximo que os membros da elite internacional globalmente influente podem conseguir é ampliar a sua esfera de mobilidade.” [Bauman, 2003, p.125]

¹⁵ “De acordo com os cálculos de René Passat, as transações financeiras intercambiais puramente especulativas alcançam um volume diário de US\$1,3 bilhão - cinquenta vezes mais que o volume de trocas comerciais e quase o mesmo que a soma das reservas de todos os ‘bancos centrais’ do mundo, que é de US\$1,5 bilhão. ‘Nenhum estado’, conclui Passat, ‘pode portanto resistir por mais de alguns dias às pressões especulativas dos ‘mercados’”. (Bauman, 1999, p.74)

¹⁶ “Os problemas podem ser *semelhantes*, (e cada vez mais programas populares de entrevistas insistem em demonstrar suas semelhanças, enquanto martelam a mensagem de que a semelhança mais importante consiste em que são enfrentados por conta própria pelos que os sofrem); ...” [Bauman, 2000, p.44]

¹⁷ Um exemplo dos efeitos violentos oriundos da conjugação destes fatores encontramos no fato de que, em 1992, a Nike gastou mais em publicidade para contratar o Michael Jordan (US\$20 bilhões) do que com o pagamento anual de todos os seus empregados na Indonésia. [Klein, 2004, p.404]

Um segundo exemplo é o citado pelo filme documentário “A Corporação” – uma única empresa investe US\$12 bilhões por ano em propaganda para cativar as crianças – que família pode se contrapor a tal manipulação do desejo infantil?

tende a focar, em grande parte, os assaltos e as guerras, encobrendo como Bauman ressaltou ⁹, toda a dinâmica de circularidade causal entre as violências coletiva, comunitária, doméstica e auto-inflingida.

Este entendimento contemporâneo da importância dos processos globais sobre as condições de vida locais me leva a uma certa insatisfação com a categorização da Organização Mundial de Saúde, onde há uma incorporação dos fatores globais no mesmo nível dos demais fatores sociais. Uma vez que a vida de cada sociedade sofre os efeitos locais de uma dinâmica global, me parece mister expandir este modelo para um quinto nível, que explicita os fatores globais, marcadamente de grande influência direta e indireta das violências neste século XXI.

Ainda que, no pós-modernismo os fatores globais da violência venham gerando mais debate no meio acadêmico, existe um fator global presente desde a pré-história que é fundamental para o estudo da violência: o da organização patriarcal das sociedades. Sendo uma estrutura de dominação ela é intrinsecamente violenta e vai moldar as demais formas de violência que encontramos.

“Não estamos acostumados a associar o patriarcado com a força. Seu sistema socializador é tão perfeito, a aceitação geral de seus valores tão firme e sua história na sociedade humana tão ampla e universal, que apenas necessita do respaldo da violência. Para o senso comum, suas brutalidades passadas parecem práticas exóticas ou ‘primitivas’, e as atuais, desvios individuais, patológicos ou excepcionais, que carecem de significado coletivo. E, sem dúvida, tal qual outras ideologias dominantes como o racismo e o colonialismo, a sociedade patriarcal exerceria um controle insuficiente, ou mesmo ineficaz, se não contasse com o apoio da força, que não constitui apenas uma medida de emergência, mas um instrumento de intimidação constante.” [Millet, 1975, p.58, citada por Bedia, p.73]

3.2 Gênero

No século XX assistimos ao início de uma significativa mudança nas relações de gênero, que, por ainda estar em andamento, podemos apenas especular sobre até que ponto poderá ameaçar a organização social patriarcal, ou é apenas uma acomodação desta. Os sistemas instituídos precisam evoluir para sobreviver¹⁸, e dificilmente pode-se distinguir a priori, uma evolução de uma revolução.

¹⁸ [Enriquez, s.d.]

Uma das características mais promissoras do pensamento feminista que vem fundamentando as transformações nas relações de gênero é o fato de que, complementarmente a um método de desmascaramento e desconstrução das relações de dominação e violência, ele também é propiciador de fatores de integração e reconciliação geralmente ausentes na epistemologia patriarcal¹⁹, e por isso mesmo capaz de produzir uma reestruturação original que não reproduza a forma ao criticar o conteúdo.

Tradicionalmente, a dinâmica da dominação do homem tem tido por base o fato deste ocupar os espaços públicos, ficando os espaços privados a cargo da mulher. O espaço doméstico, um espaço do cuidar e de um universo afetivo mais íntimo, constituía uma esfera do feminino, ao qual o homem tinha pouco acesso; enquanto que o espaço público, envolvendo relações de poder mais amplas, era uma esfera do masculino, no qual a mulher tinha pouco trânsito.

Se no início do movimento feminista a opressão da mulher bem como os obstáculos de seu trânsito pelo espaço público foram identificados e denunciados (tornados públicos), apenas muito recentemente está sendo reconhecido o quanto que é desempoderador para o homem o pouco trânsito que lhe é facultado nos recantos mais sutis do espaço privado. Muito mais que isso, o quanto que a esta impotência se contrapõe numa reação prepotente que se reflete na opressão da mulher, numa circularidade que se reproduz através das gerações pela própria educação de tais papéis de gênero inculcada nas crianças de ambos os sexos.

“Portanto, uma possibilidade para as mulheres é entrar no mundo masculino ou criar um mundo público para si mesmas. Mas, talvez as sociedades mais igualitárias sejam aquelas nas quais as esferas pública e doméstica são fragilmente diferenciadas, onde nenhum dos sexos reivindica muita autoridade e onde o enfoque da própria vida social seja o lar.” [Rosaldo, 1979, p.53.]

Ao homem com pouco conhecimento das próprias emoções, restam poucos recursos para com elas refletir e operar nos momentos de conflito, o que em muito propicia o uso de uma linguagem na qual ele tem mais fluência: a da força e da ação, que, desvinculadas de uma compreensão emocional, facilmente se tornam violentas. Também este “analfabetismo emocional” o incapacita para uma revisão crítica dos efeitos de suas ações. Sem um feedback auto-regulatório adequado e sem ter aprendido a cuidar ou ter cuidados com o outro, é fácil que ocorra uma expansão explosiva da situação.

¹⁹ [Tarnas, 2003, p.435]

“Nolasco sugere uma relação entre desemprego e violência masculina, e relaciona a violência à falta de novas referências identitárias que nomeiam as transformações globais que os homens estão sofrendo: ‘Sem palavras, novas palavras para nomear, os homens agem com violência’.” [Giffin, 1998, p.11]

Talvez aí esteja uma possibilidade de transformação na própria esfera do poder doméstico feminino: o de educar seus filhos, de ambos os sexos, para um melhor trânsito entre essas duas esferas, pública e privada, de forma que homens e mulheres se desenvolvam e se equilibrem em suas potências e possam assim prescindir das prepotências compensatórias. Dentro de tal contexto, as diferenças biológicas como a potência da força do homem e a potência de gestação da mulher, podem se tornar mais pontos de complementação e cooperação do que origens de uma competição destrutiva.

“Os estudos mostram que a fala masculina sobre sexualidade e afeto, relação homem/mulher, identidade masculina, etc. é condicionada por um padrão histórico que ressalta a hierarquia dos gêneros e a desvalorização relativa destes assuntos, considerados femininos. Estimular a fala solidária e crítica deste parece ser essencial para melhorar as relações entre homens e mulheres; entre homens e outros homens; entre homens e crianças; e a relação dos homens consigo mesmos (Acosta, 1995) ...” [Giffin, 1998, p.16]

3.2.1 Masculinidades

Os estudos de gênero há muito demonstraram o quanto que os papéis e as características masculina e feminina são construções sociais. Como construções sociais são multifacetados, complexos, de forma que não podemos nos limitar a falar em uma masculinidade como se fosse a única.

No contexto brasileiro, podemos traçar um espaço de multidimensional de masculinidades em torno dos eixos das relações de gênero que se construíram conforme cada organização social atravessada:

- Na Grécia Antiga, podemos inferir de sua mitologia as suas caracterizações do masculino (e do feminino). O mito de Apolo vai representar um modelo para a socialização do homem na pólis. Apolo é o deus das faculdades criadoras da forma, e vai simbolizar a individuação e o controle do homem sobre seus impulsos.

Aquiles (como Heracles) indica o quanto que a fragilidade do homem não transparece; ao mesmo tempo em que é sua mãe que o mergulha na água para torná-lo forte, é por onde ela o segura que ele permanece vulnerável.

Apesar de ter sido uma cultura onde tantos homens se destacaram com contribuições que traçaram as bases do pensamento ocidental, Prometeu foi castigado por roubar o conhecimento dos deuses, e é uma mulher, Palas, a detentora da sabedoria.

Áries, mais do que um deus da guerra traduzia os aspectos da impulsividade, do descontrole e da violência. Na batalha, os guerreiros gregos preferiam invocar Palas Atenas, a estrategista, a Áries, que esguichava sangue sem olhar a quem, ele era um deus maldito. Seus filhos eram Phobos e Deimos, o medo e o terror. Foi apenas na sua transposição como Marte, em Roma, que ele adquiriu as características do conquistador e empreendedor e passou a ser mais valorizado que temido.

Na entrada da Idade Média, Agostinho que inicialmente era muito libidinoso, após sua conversão ao catolicismo passou a dar uma extremada ênfase à negação ascética de seus instintos sexuais. Torna-se influente na Igreja, a sexualidade é limitada à procriação dentro do compromisso permanente do casamento. Agostinho vai introduzir no cristianismo um controle exacerbado dos impulsos, a negação do corpo em prol da alma, uma concepção rigorosa do controle sobre o corpo e da sexualidade que vai servir de base para a dominação patriarcal hegemônica da igreja durante um milênio e para uma repressão sexual que ainda predominou por mais meio milênio. Na história e no legado de Agostinho cabe lembrar o mito grego de Antero, irmão de Eros.

“Antero era conhecido por ser altamente passional, excitável, lascivo e exaltado, mas, uma vez transformado em senhor indiscutível do reino, teve que proibir a paixão entre seus súditos e proclamar que o sexo devia ser um ato racional, calculado com sobriedade, realizado considerando todos os riscos e regras e, acima de tudo, totalmente desmistificado e desprovido de ilusão.” [Bauman, 2003, p.56]

- No princípio da Idade Moderna, com o advento do colonialismo, o modelo de masculino predominante era calcado na defesa da propriedade e se espelha na figura do patriarca. Os casamentos se davam por interesses econômicos e sociais do grupo familiar, a aliança não era determinada pelo amor ou atração física. O dote determinava a circulação de bens condicionando a circulação de mulheres. [Costa, 1989] Essa posse ditava o direito de sexo, vida ou morte, sendo fonte de legitimação da violência de gênero ainda hoje.

“A caracterização do estupro como ‘crime contra os costumes’, o direito do marido a ter relações sexuais independente da vontade da mulher e a impunidade de maridos que assassinaram suas mulheres simbolizam a legitimação da violência de gênero contra mulheres no Brasil. (...) No extremo desta ‘transgressão’ institucionalizada nas práticas sexuais masculinas, a violência doméstica ‘insere-se no plano da ordem, não é desvio’. [Giffin, 1998, p.10]

- Com a vinda da família real para o Brasil e a sua subsequente independência de Portugal, se torna necessário fortalecimento da nova pátria. Os higienistas vão promover toda uma drástica reformulação dos papéis de gênero, de forma a desempoderar os patriarcas e possibilitar o desenvolvimento do país.²⁰

Surge a defesa da raça e do estado através da proteção às crianças. O compromisso do casal passa a ser com os filhos e não com os pais, o olhar é para o futuro e não para o passado.

²⁰ A maior parte da elaboração deste eixo foi resumido de [Costa, 1989].

O amor surge como uma ferramenta para disciplinar o casamento. Um amor físico fixando o homem na esposa e afastando-o da prostituição. Não o amor romântico, mas o *amor pragmático*. Do bom desempenho sexual dos cônjuges dependia a saúde dos filhos, a moralidade da família e o progresso populacional da nação. O amor criou o novo código coercitivo entre homens e mulheres.

Ao Estado interessava não só a família fecunda, mas a família responsável. A não manutenção dos filhos pela família sobrecarregaria a administração pública e aumentaria a mortalidade infantil. O sêmen era um capital biológico da espécie a ser investido nos próprios filhos. O sexo se tornou objeto de regulação médica. Eram condenadas: a sexualidade *autônoma* (fora da procriação, onanismo, sodomia), a sexualidade *fora do casamento* e a sexualidade *excessiva*. A gratuidade e o excesso eram tomados como desvios. Ninguém gozava impunemente.

O enfoque médico-biológico ressaltava a fragilidade da mulher, a força e o vigor do homem (físicos e morais). Em amar e ser amada se resume a vida da mulher (e com isso o confinamento do seu poder ao espaço privado). O homem deveria ser mais seco, racional, autoritário, altivo, menos amoroso, mais duro.

O homem deveria aceitar os caprichos da mulher e esta o autoritarismo e a frieza do homem. Era enquanto pai e mãe que as arestas poderiam ser resolvidas. O amor paterno e o materno eram o ponto comum entre homens e mulheres. O amor reduzia os homens a pais e as mulheres a mães, produzindo uma identificação entre masculino e paternidade, feminino e feminilidade. O *pai higiênico*, em vez de proprietário, era funcionário, da raça e do Estado.

Ele tinha muitos deveres, poucos direitos: o de trabalhar e o de fornicar. Ele forneceu as medidas de masculinidade social e comportamento físico em que se encaixava o adulto viril. Proprietário sem propriedades, converteu-se à família conjugal para defender a propriedade dos outros. Para compensá-lo, lhe é oferecido o machismo, a mulher como sua propriedade, o prêmio por sua sujeição política. A família é o seu espaço de poder social.

Seu dever de prover o sustento da família passa a ser tomado como marca de virilidade. Sua vida vai girar em torno dos filhos: casar para ter filhos, trabalhar para manter os filhos, ser honesto para dar bom exemplo aos filhos, investir na saúde e na educação dos filhos, poupar pelo futuro dos filhos, submeter-se por amor aos filhos, ser culpabilizado por males físicos, morais e emocionais que ocorressem aos filhos. Muitos deveres, poucos direitos: o trânsito e o desfrute emocional com os filhos ficava por conta da mulher.

A honra e o poder do *pai higiênico* vão depender da posse da mulher e da respeitabilidade sexual. O machista é um ciumento guardião da moral higiênica. Tendo a mulher como seu único bem, só reagia quando sentia esta propriedade ameaçada. Para ser homem importava ser mais sensual e menos amoroso; mais racional e menos sentimental; mais inteligente e menos afetivo.

Para controlar a mulher, surge a circunscrição da sexualidade feminina à zona de controle da mãe e ao serviço da família. O ato sexual é limitado na gravidez e no período de amamentação (sem anticoncepcionais, era quase sempre). Como válvula de escape, lhe era concedido o orgasmo do aleitamento como substituição do orgasmo genital, introduzindo a substituição do homem pela criança como objeto da sua sexualidade.

Com isso surge a *mulher nervosa*, que utiliza o nervosismo para impor os seus interesses. É sua arma contra a opressão familiar, as privações sexuais e as

obrigações sociais e domésticas. O sofrimento e a doença aparecem como formas de resistência e ataque ao poder do homem. A mulher nervosa foi para a nova mãe o que o machista foi para o novo pai. O sexo higiênico entrava na era da competição, transformando-se em instrumento de poder, luta e retaliação. Armou sexualmente homens e mulheres, instalando mais ódio que amor. Oprimindo, acreditavam-se acima da opressão.

Quadro 1:

Resumo dos papéis de gênero no modelo higienista

Os papéis de gênero são redefinidos para sustentar uma reorganização política e econômica: uma nova pátria e sua capacidade de produção.
A família nuclear como base dos novos papéis, com a responsabilização dos pais e a ênfase na proteção às crianças.
A fragilidade da mulher e o vigor do homem.
Em relação ao patriarca, o homem tem muitos deveres e poucos direitos. O dever como marca de virilidade, e a família como a propriedade que resta ao homem.
O amor pragmático como ferramenta para disciplinar o casamento. A regulação do sexo.
Identificação entre masculino e paternidade, feminino e maternidade.
O nervosismo da mulher, o machismo do homem e a competição na relação como ferramentas de manutenção desta ordem.

➤ A partir da Segunda Guerra Mundial, não apenas surge a necessidade de se introduzir a mulher no mercado de trabalho (um espaço público), como a organização social se desloca da produção para o consumo, a pátria é enfraquecida pela globalização, o casamento perde a sua indissolubilidade, e o próprio mundo se torna globalmente ameaçado pelos danos ambientais. Neste contexto, surgem dois novos eixos concomitantes na sociedade pós-moderna:

1. A sociedade global de consumo promove o individualismo, as altas velocidades de transformação, o pavor do abismo entre incluídos e excluídos. Se o machismo era calcado em um caráter fálico-narcisista²¹, hoje ele se torna cada vez menos fálico e mais narcisista. Descompromissado, voltado para sua capacidade de acompanhar as mudanças frenéticas do mundo; se torna cada vez mais fóbico de cair nesse abismo, de ficar para trás. É um contexto exacerbadamente competitivo, propício para as violências da negação do outro que se torna cada vez mais inacessível em sua diversidade.

O espaço do masculino continua reduzido ao espaço público, mesmo que a mulher o povoe no trabalho e o homem trabalhe em casa. Ou talvez, acrescido do espaço do simulacro, de um mundo virtual no qual ele se

²¹ Para a conceituação deste caráter vide [Reich, 1928-1949, p.202]

refugia das intempéries da realidade pela transferência do objeto do poder do físico para o imagético, do real para o simulado, do controle hard para o soft.²²

2. Em contraposição, a revitalização do feminino público, quer pela inserção da mulher no mercado de trabalho, quer pelo colapso do modelo masculino de subjugação da natureza face aos limites ambientais, vem contrapondo um veio integrativo e compromissado ao individualismo narcísico, promovendo uma complexificação capaz de absorver as diversidades geradas. Se ao entrar no espaço público a mulher o feminilizar ao invés de se masculinizar, surgem as possibilidades de complementação e associação em contraposição as da competição exacerbada.

Neste caso, abre-se também uma brecha para a introdução do masculino no espaço doméstico. Segundo o manifesto masculinista, o novo homem quer *liberar a sua lágrima, poder dizer não na cama, ser cantado e comido, receber flores, trocar fraldas, simbolizar seu órgão de amor mais por pirulitos do que por canhões*²³, em suma, resgatar o espaço da sua sensibilidade afetiva.

Na sociedade de consumo pós-moderna, muitos serão os chamados, mas poucos os escolhidos. Para a maior parte da população, a maior parte dos sonhos de consumo nunca passam da fantasia. A fome pode desmascarar o simulacro hiper-real, mas só se houver alguma esperança de comida na própria realidade. Para isso é necessário que a eficácia do real confronte a performance inatingível do simulacro. Em outros termos, quando as formas de organização comunitárias conseguem encontrar problemas e soluções que partam da realidade local²⁴, em oposição ao que é delas esperado pelo sistema global, surge a possibilidade da desilusão com o paraíso prometido, e com ele o investimento na transformação da realidade. O contato com a realidade também se realimenta, pois promove a desconstrução de um logocentrismo que tudo reduz à identidade do conceito²⁵, e assim reconhece as diferenças entre as coisas reais.

3.2.2 A crise do machismo e o machismo da crise

O clima competitivo entre o machista e a mulher nervosa é terreno fértil para a violência doméstica, ao mesmo tempo em que reverte algumas metas do modelo higienista. A dissociação masculina de afeto e sexo, somada à competição do homem com seus filhos pelo afeto da mulher, o impulsionam em direção ao sexo extraconjugal. O descontrole volta a fazer parte do padrão viril – o de um machão centrado nos excessos: de sexo, atividade, velocidade, etc., que é insensível, vingativo, arrogante, reservado, frio, prepotente, autoritário, rebelde,

²² [SANTOS, 1983]

²³ [Nahoum, 1989 - expressões condensadas].

²⁴ [Baremblit, 92]

²⁵ [Derrida, referido por SANTOS, 1986]

dominador, cínico, exibicionista, narcisista, autônomo por medo da dependência, voltado para a ação em detrimento dos sentimentos, incapaz de controlar seus impulsos. Sua valentia é reativa ao enorme medo que tem do desamparo, de aceitar seus traços passivos, de ter consciência da sua dor. [Naranjo, 1997]

O machismo intervém na educação da infância se apresentando sob a preocupação de doenças venéreas, alimentando o *ethos* higienista e construindo preconceitos chauvinistas, classistas e sexistas. Se a brincadeira da menina a coloca em casa (boneca, cozinha), no exercício do cuidar, a do menino o coloca na rua, indiretamente o inserindo como um provedor competitivo (lutas, carros). Diferentemente da menina, cuja feminilidade é construída na continuidade do espaço doméstico e da relação afetiva com a mãe, o menino precisa se desligar da mãe para desenvolver sua masculinidade; sem a presença do pai no espaço doméstico, ele precisa fazer uma ruptura com seu lar²⁶. A identidade masculina é formada pela negação: pelo não ser criança, nem mulher, nem homossexual.²⁷ Se o espaço do homem é a rua porque ele de algum modo foi expulso de casa, ele não tem direito à intimidade doméstica. Ele forma um homem violentado em sua humanidade, e propício a se tornar violento para com a Humanidade.

O conceito de provedor foi tão vinculado à masculinidade pelos higienistas que é freqüente que ele tenha alto impacto na vida sexual do homem.

“[No extremo do desemprego e pobreza] a sedução e a conquista parecem menos importantes na definição do que é um homem, comparado à questão econômica. As práticas de sexo esporádico são dominantes, já que tanto o namoro quanto o ‘*assumir uma família*’ exigem recursos financeiros difíceis de obter...” [Giffin, 1998, p.8]

“Vários estudos atuais confirmam que ‘ser pai’ para os homens de baixa renda significa assumir a responsabilidade pela sustentação do filho, não sendo resultado automático da participação na geração de uma criança.” [Giffin, 1998, p.9]

“Principalmente no cenário de instabilidade econômica, uma gravidez, em vez de afirmar, pode abalar a virilidade do homem e levar a um aumento da violência doméstica no período da gravidez.” [Menicucci e Vianna, 1993, citados por Giffin, 1998, p.9]

A entrada da mulher no mercado de trabalho, o desemprego oriundo do capital especulativo, da automação e da negligência do estado, foram enfraquecendo esse papel de provedor do homem. Antes expulso de casa, o homem hoje está sendo expulso do próprio espaço social à medida que lhe é dificultado este papel, e caindo no abismo dos excluídos.

²⁶ [Chodorow, conforme Rosaldo, 1979, p.41]

3.3 Crenças

Um dos fatores que mais permeia a violência em geral, e em particular a violência doméstica, são as crenças que se chocam com a realidade vivida. Em geral são crenças tão arraigadas, que desabilitam qualquer possibilidade de crítica ou reflexão espontânea, e são tomadas como verdades absolutas. Algumas têm origem nas tradições familiares, outras em um inconsciente social, costumes culturais que se situam para além da conversação exceto a que o reproduza, como os ditos populares (p.ex.: *Homem que é homem não chora*).

3.4 Contextos Emocionais

As situações de violência doméstica são quase sempre situações que envolvem uma alta carga emocional. Geralmente são procedimentos onde os envolvidos não encontram outra forma de descarga que não a de interagir numa espiral de agressões mútuas que bombeiam a sua carga emocional até o ponto em que ela não consiga mais ser contida, neste ponto um ato de violência maior provoca a descarga necessitada.

Um entendimento não só de quais são as emoções mais comuns neste contexto de violência, mas também das crenças que as insuflam, pode ser um caminho para intervenções que tenham chance de alterar esta dinâmica. Emoções fazem parte do **instrumental** de sobrevivência do ser humano, como tal, a compreensão das funções e disfunções de cada uma pode ajudar no levantamento dos recursos necessários para o encontro de outras soluções.

Uma boa parte das crenças que influenciam essas emoções decorre dos próprios estereótipos de gênero com seus preconceitos do que é aceitável e o que não é. Mas para além disso, há também crenças sobre as próprias emoções e de poder ou não suportá-las, bem como o desenvolvimento da capacidade de reconhecê-las em si.

Na dinâmica da violência, o medo e a raiva parecem ter papéis preponderantes. Basicamente, o medo, geralmente ativado por um estado de não-confiança, insufla a raiva que por sua vez dispara a ação violenta.

Na nossa cultura geralmente a raiva é vista como uma emoção nociva, a ser dominada, associada a impulsos destrutivos. Uma leitura mais útil é entender a raiva como *a motivação e*

²⁷ [Giffin, 1998, p.6]

a energia necessárias para se transformar o que está incomodando. A destrutividade é vista assim como uma disfunção da raiva, decorrente da falta de recursos para resolver construtivamente a situação. Quem tem pouco manejo de sua raiva, geralmente se deixa cegar quando ela aflora, o que só contribui para não visualizar uma ação eficaz. A raiva cega, esta sim, é uma emoção carregada de destrutividade. Não a destrutividade refletida e sem culpa, a que acaba com o que é realmente indesejado, necessária à evolução, e sim a destrutividade que traz dano aos objetos amados por descontrole.

Um dos efeitos do grupo reflexivo é possibilitar uma maior percepção do que ocorre nas situações de conflito, desta forma, ele age como um revelador que reverte a cegueira e facilita o controle da raiva e seu direcionamento para soluções mais transformadoras.

O medo no ser humano tem a principal função de preparar um estado para enfrentar o perigo, por luta ou fuga. A questão está no que é considerado perigo num contexto doméstico. *Com exceção dos perigos da própria violência, quase todos os perigos percebidos pelos participantes decorrem dos papéis de gênero introjetados.* Por exemplo, quando uma pessoa sente ciúmes, pode existir uma insegurança, um medo de perder o outro em questão; mas o que dá uma intensidade persecutória a esse sentimento é o risco de uma desconfirmação de sua identidade masculina ou feminina. Se a perda do outro não ameaçar essa identidade, como na viuvez, ou em subculturas onde a questão da propriedade sobre o outro é menos acirrada, o risco de perda é vivido de forma menos reativa do que numa situação de risco de perda de identidade. Some-se a isso o risco da perda das delegações (de cuidados, amparo, segurança) que as relações de gênero trazem consigo, para ter-se uma indicação do nível de alerta que os papéis de gênero podem gerar. Imaginar que a sua identidade de gênero está sendo questionada, e isso pode se dar de muitas formas, tem sido um dos principais estopins das explosões de violência doméstica.

A não-confiança deve ser distinguida do desconfiar. Desconfiar é um ato curioso, de contato com a realidade para a avaliação do perigo, necessário para o desmonte do persecutório e a fundação da confiança. No não-confiar, a realidade não é mais considerada, as decisões e atitudes são tomadas com base em uma crença imutável de como o outro é ou age. Se a não confiança é uma das bases da raiva cega que propicia a violência, o desconfiar curioso e sem certezas, que se deixa surpreender pelo que descobre, pode ser um caminho de saída ao abrir um olhar para o outro. Entretanto, em nossa cultura, esses termos têm uso bastante indiferenciado – por exemplo, é comum se falar em desconfiança em situações de

ciúme exacerbado, onde o que realmente ocorre são acusações e atitudes onde o que se acredita já está estabelecido – é, portanto, uma situação de não-confiança.

Também a insegurança tem papel significativo nas situações de violência doméstica. Quer para com o cônjuge (ciúmes) quer para com os filhos (receio de não ser capaz de cumprir o papel de pai), o receio de não estar correspondendo ao seu papel de gênero, que o torna reconhecido como homem, pode ser tão humilhante que deflagre a prepotência. Principalmente porque a insegurança se constrói sobre o desamparo, que desacredita os caminhos da busca de ajuda e do aprendizado, e bloqueia o acesso à compreensão de si e do outro, não deixando uma saída viável que não a explosão. Se na criação do homem não houve espaço para a intimidade dos seus sentimentos, há uma tendência que ele sinta medo de ter seus sentimentos rejeitados, gerando uma grande resistência às oportunidades de expô-los ou compartilhá-los.

Talvez um dos maiores chavões na educação estereotipada do homem seja “Homem não chora”. Entretanto, o choro é o mais primitivo pedido de ajuda do ser humano. É também um momento de contato com a própria fragilidade, e com o fato de não ser onipotente. Para não chorar, o homem, além de se embrutecer, desiste de recorrer à ajuda e tem mais dificuldade de se desenganchar dos sentimentos de onipotência, que frequentemente levam a um conflito acirrado com as situações de impotência.

Se a violência eventual está fundada em uma situação de impotência, não podemos deixar de suspeitar que a violência crônica seja indício de uma impotência crônica. Esta geralmente tem uma relação de causalidade circular com uma vida sexual e amorosa insatisfatória (mas não necessariamente com uma impotência eretiva). Podemos perceber que quanto mais satisfatória for a vida sexual e amorosa de uma pessoa, menos ela se apega aos papéis de gênero instituídos em sua cultura, mais instituinte ela se torna nas facetas de seu cotidiano, maior a sua potência criativa, menor a perversão do seu poder.

O papel de gênero, enquanto estereótipo, tende a filtrar qualquer percepção da realidade que ele mesmo não comporte; ele por si só constituiu um sistema muito pouco aberto em sua possibilidade de se reorganizar. Como um logocentrismo que tudo reduz à identidade do conceito, ele traz severos impedimentos a novas percepções do mundo, tendendo a construir “como-ses”, simulacros que edificam uma realidade própria, mas que negam a percepção do outro enquanto ela não se enquadra neste seu padrão ideativo. É a idéia, o preconceito que substitui e impossibilita o sentimento. E sem sentimento não se formam conceitos inovadores.

Por outro lado, uma satisfação sexual mais plena abre os sentimentos e tende a desenquadrar não só a percepção como também a expressão de sentimentos, ela promove uma expansão que minimiza a mediação ideológica e permite uma maior possibilidade de encontro no que é percebido²⁸. Sem perda do contato perceptivo com a realidade, ela possibilita uma base auto-referenciada calcada nesta percepção, em oposição a uma referência meramente ideativa e centrada no que foi introjetado.

Como a reflexão, ela faz a ponte entre a individuação e o pertencimento, o discriminar-se e o integrar-se. É um fundamento para a criatividade, diminuindo a limitação preconizada nos papéis de gênero.

Dentro do referencial da dinâmica entre individuação e pertencimento, recorrer ao papel de gênero é uma solução universal com um quê de paradoxal. O papel de gênero é um recurso de pertencimento que oferece um modelo para a individuação enquanto esta não se sustenta por si própria. Tornar-se homem é individuar-se, discriminar-se das suas origens; mas seguir o papel de gênero é uma forma de se sentir homem, sem discriminar-se de suas origens, apenas seguindo o que elas preconizam. Como a individuação completa excluiria o pertencimento, ela nunca se dá totalmente, e todos nós vivemos essa contradição de seguir um modelo para nos discriminarmos. O que vai dar a medida da adequação desse equilíbrio entre discriminação e pertencimento é o próprio referencial cultural do contexto, e como esta cultura maneja suas contradições com as necessidades biológicas da espécie.

Quadro 2:

Resumo das hipóteses propostas quanto aos efeitos dos papéis de gênero

Papel de gênero predominante	Satisfação sexual predominante
Copia	Cria
É mais ideativa que perceptiva, idéias embotam a capacidade de perceber	É mais perceptiva que ideativa, promove um maior contato com a realidade

²⁸ vide [Reich, 1928-1945, cap. VIII – O caráter genital e o caráter neurótico].

Referenciada no papel de gênero <u>introjetado</u>	Auto-referenciada
Delimita a expressão e a consciência de emoções	Desimpede as rotas de fluxo emocional
Campo de compatibilidades entre individuação e pertencimento reduzido; pertencimento encobre uma individuação incipiente	Articula individuação e pertencimento
Uso destrutivo da raiva; e a sua expressão dispersa como geradora de conflitos	Uso criativo e transformador da raiva; e a sua expressão direcionada para solucionar conflitos
Risco de violência	Diversidade de recursos no manejo de conflitos
Crenças absolutas	Crenças em constante reavaliação
Medo paralisante, levando à impossibilidade de confiar	Medo protetor, levando à desconfiança curiosa
Impotências negadas e compensadas por prepotências	Impotências aceitas e substituídas por outras potências

3.5 Contextos Cognitivos

3.5.1 A perspectiva transgeracional

O aprendizado em família em muito precede o aprendizado no espaço público, e se dá tanto em conteúdo quanto em forma. Ele abrange principalmente o universo afetivo e prepara a criança para lidar com suas emoções no espaço social que o sucede. Se a razão eventualmente permeia o conteúdo aprendido, raramente ela atinge a forma, isto é, a maneira como os adultos se relacionam com a criança tende a ser reproduzido por esta criança (de forma similar ou oposta) em seus subseqüentes relacionamentos.

Desta maneira, as famílias são reprodutoras de idéias, crenças e formas de estar no mundo, explícitas (o conteúdo) e implícitas (a forma). Se o contexto cultural for o bojo de uma onda, as famílias expressam a diversidade de sua crista, elas seguem e se nutrem da onda, mas a enriquecem com detalhes próprios, em uma dinâmica de discriminação e integração.

“É uma dinâmica que parte de um estado fusional e por movimentos de discriminação vai constituir uma identidade, que acumula experiências no seu período

de existência e volta a se reintegrar ao todo, que por sua vez ganha em complexidade com as experiências acumuladas por seus membros. É uma renovação do todo pela reintegração (pertencimento) da experiência gerada pela individuação (discriminação).”²⁹.

Se o bojo da onda é privilegiado nas conversações do espaço público, a crista da onda predomina no espaço privado. O próprio volume do bojo da onda se encarrega de dissolver a espuma da crista que eventualmente lhe toca. E essa espuma, essa diversidade que é da crista, se refugia na própria crista onde não corre o risco de ser dissolvida.

A. Diferenças de crenças entre os cônjuges

A cada nova união, as crenças de duas famílias diferentes vão tentar se acomodar em uma nova configuração, são dois espaços privados que se unem na geração de um terceiro. As diferenças encontradas nesta diversidade, justamente por serem manifestações privilegiadamente no espaço privado, freqüentemente vão produzir estranhamentos entre os cônjuges. Sem que tenham passado pela capacidade que o espaço público tem de sociabilizar ou regulamentar as diferenças, estas muitas vezes são vividas de forma desregulada, não compartilhada ou mesmo não reconhecida.

Um comportamento restrito ao espaço privado pode parecer óbvio e inquestionável a quem o pratica desde pequeno, mas ser estranho ou incompreensível ao seu parceiro, proveniente de um espaço doméstico com outros costumes. São situações com alto risco de serem interpretadas como agressão ou ofensa pessoal, freqüentemente gerando abismos na comunicação e sentimentos de impotência, rejeição e raiva. Se as culturas das famílias de origem forem mais autoritárias, mais moldadoras que artesãs, menos abertas à aceitação de diferenças, aumenta a dificuldade dos parceiros formarem uma cultura comum na família constituída pela integração dessas culturas das famílias de origem.

A impossibilidade de reconhecimento do outro em suas distinções de espaço privado configura um “*contexto de interação em que alguns membros de um sistema social dado são negados ou invalidados como sujeitos sociais, emissores únicos e originais de linguagem e atores de uma história intransferível*” gerando “*situações nas quais alguém se move em*

²⁹ [Oliveira, 2005]. Para uma ampla discussão dessa dinâmica vide [Oliveira, 2000].

relação ao outro no extremo da exigência de obediência e submissão”, como vimos que Maturana entende a violência.³⁰

Cabe ressaltar que um dos principais obstáculos surge quando a crença transgeracional é tão arraigada que ela impede o reconhecimento de que a crença do cônjuge é distinta. Se não há este reconhecimento, também não ocorre a percepção de que as atitudes do outro não são desviantes. A tendência é a instalação do pensamento de que o outro age de má fé, e dos mecanismos persecutórios decorrentes.

B. Diferenças de crenças entre gerações

As crenças pessoais se formam não apenas no espaço privado da família, mas também no espaço público da sociedade, e tudo isso se dá principalmente durante o processo de amadurecimento; a transformação ou evolução dessas crenças nos adultos é um mecanismo muito mais lento. Como consequência, as características culturais atuais tendem a atingir mais as gerações mais novas, de forma que cada geração se con-forma com um conjunto de crenças distintas.

Uma vez que estamos em uma sociedade onde o espaço social se transforma muito velozmente, esse vácuo entre as gerações se torna particularmente significativo, como se eles habitassem mundos públicos diferentes e tentassem se encontrar no mesmo espaço doméstico.

Por outro lado, o espaço doméstico já não é tão privado como antes. Através da mídia, ocorre hoje um intenso fluxo do público para o privado, numa verdadeira invasão do espaço doméstico. Não apenas da cultura pública local, mas também de uma cultura globalizada que tem muito menos possibilidades de intercâmbio com a cultura familiar doméstica. Adicionalmente, as crianças entram mais cedo no espaço público. Com isso, as crenças familiares ganham uma intensidade menor para as gerações mais novas do que tem para as mais antigas, enfraquecendo a linguagem comum deste espaço privado de conversações.

Um dos principais pontos de conflito entre as gerações surge nas tentativas dos pais de darem limites aos filhos. Entretanto, se analisarmos essa possibilidade segundo o pensamento de Maturana:

³⁰ Citado por Coddou, 1995.

“Em tal congruência estrutural [entre o ser vivo e o meio], uma perturbação do ambiente não determina o que acontecerá ao ser vivo, pois é a estrutura deste que define que mudanças ocorrerão como resposta.”³¹

Dáí concluímos que é impossível impor limites, só podemos propô-los. O limite para ser dado precisa ser aceito, ele é na verdade uma dança dos interlocutores, onde cada um tenta delimitar um espaço de acordo com suas crenças, e muitas vezes são necessários vários passos desencontrados nesta dança até que se atinja alguma harmonia. À medida que essas crenças se afastam, a busca dos limites aceitáveis por ambas as partes se torna mais difícil, mais demorada e mais desgastante. A crença de que é possível dar (impor) limites, pode levar a uma escalada da negação do outro, e se esses limites não estiverem sendo aceitos (o que tende a acontecer mais frequentemente com a invasão do espaço doméstico pelo discurso público) a uma escalada no uso da força.

3.5.2 A honra

Ao longo da história, a questão da honra ferida tem sido uma deflagradora de reações violentas. É uma questão cultural, mas que atravessa culturas com conceitos distintos de masculinidade.

O que podemos perceber em comum entre elas, de Hamlet aos haraquiris, é que, quando um homem sente a sua honra manchada, de alguma forma ele acredita que a sua adequação ao seu papel social foi desacreditada, em particular o seu papel de gênero. A honra não se refere a um mundo real, mas a um mundo idealizado; os sentimentos decorrentes são disparados mais pelo que deveria ter sido e não foi, do que pela dinâmica dos acontecimentos reais.

Esta questão é tanto mais forte quanto for, cultural e individualmente, a adesão não-crítica do homem a este papel. Quanto menor a diversidade ou a possibilidade de reflexão sobre o papel de gênero dominante, mais fundo se torna o ferimento da honra e mais violenta tende a ser a sua reação.

3.5.3 Como educar os filhos

As crenças sobre como educar os filhos tem como referencial primário o espaço privado, a própria maneira como se foi educado. A reação a esta forma, quer por

³¹ Maturana, 1995, p.131

identificação, quer por oposição (“*com meus filhos vou fazer diferente*”), vai formar uma base sobre a qual incidem as modulações oriundas do espaço público.

Um fator que não pode ser negligenciado na reprodução da forma de educar é a questão da identificação com o opressor. Quando a submissão é o único espaço que resta para um sentimento de pertinência, o impulso de individuação cede à necessidade de pertencer³²; a violência do opressor passa a ser valorada como positiva de forma a evitar a disrupção e se torna um exemplo a ser seguido. Isto pode ser observado da violência doméstica à violência institucional globalizada. “É assim que tem que ser, pois só assim funciona” é a metacrença que permeia as demais. Uma metacrença que se torna um obstáculo à reflexão, a diversidade e ao desenvolvimento de recursos.

O que é e o que deixa de ser violento

Ainda que disponhamos de algumas definições gerais de violência, o reconhecimento do ato violento é bastante contextualizado culturalmente. O próprio mecanismo de identificação com o agressor dificulta a percepção das situações de negação da condição de sujeito do indivíduo, que passam a ser consideradas como normais, e como tal, tende a se reproduzir de geração em geração.

Como exemplo, foi comum o fato dos participantes do grupo³³ negarem ter sofrido violência por parte dos pais ao responderem o questionário durante a entrevista; para depois, nos encontros do grupo, relatarem terem sido surrados por estes. A surra era considerada apenas decorrente da “necessidade de educar” e não uma violência.

3.6 A sustentabilidade da violência

Até onde e por quanto tempo uma dinâmica de violência se sustenta? Devemos considerar os diversos ciclos de causalidade circular que a perpassam. Há ciclos de realimentação negativa³⁴ que a mantêm dentro de determinados limites e outros de

³² Para uma discussão da dinâmica entre individuação e pertencimento vide [Oliveira, 2000].

³³ Uma caracterização deste grupo será feita no cap. 4 – Os Grupos de Homens no Noos.

³⁴ Uma **realimentação** ocorre quando existe um ciclo de causalidade circular onde o produto de um processo afeta o insumo deste mesmo processo. Na **realimentação negativa**, um aumento no produto provoca uma

realimentação positiva que tendem a extrapolá-los. Todo ciclo de realimentação positiva que seja dominante leva a um constante aumento de intensidade que só será limitado pelo estabelecimento de um novo ciclo de realimentação negativa ou por uma condição disruptiva. Por exemplo, pode ser alcançado um patamar de violência que, por ser considerado intolerável, gere um novo padrão relacional ou provoque uma interferência externa extrema (um limite imposto pela sociedade); ou mesmo a ruptura decorrente da morte de um dos participantes.

A maioria dos ciclos de realimentação positiva se forma em torno dos sentimentos (geralmente não reconhecidos) de impotência perante um papel de gênero a cumprir e das atitudes compensatórias de prepotência. Quanto maior a intensidade atingida neste ciclo vicioso, maior a necessidade de uma desconexão da realidade no sentido de não percepção (negação) do outro como uma forma de evitar o contato com a própria impotência. Paralelamente, as situações de violência tendem a ser traumáticas (não só para a vítima da vez, mas para o agressor e as testemunhas), o que leva a um aumento dos mecanismos de dissociação, propiciando um terreno fértil para as perdas de contato e para mais violência.

Os ciclos de realimentação negativa, por sua vez, não são necessariamente desejáveis. Eles podem ter o papel de sustentar a violência em um alto patamar, muitas vezes logo abaixo de um patamar disruptivo, sem ter a capacidade de transformá-la. Um caso típico é o da fase romântica de reconquista que freqüentemente sucede os píncaros da violência intraconjugal. Por outro lado, as realimentações negativas são fundamentais como recursos culturais que servem de mecanismos de controle para a manutenção dos níveis de civilidade.

Ao contrário dos ciclos de realimentação negativa, que são estabilizadores, existem fatores que podem desestabilizar dinâmicas de violência ao modificar os ciclos viciosos possibilitando ciclos virtuosos. Esses fatores envolvem o empoderamento (segurança, autoestima, percepção das próprias sensações, contato com os sentimentos próprios e do outro, maior capacidade de expressão, desenvolvimento de recursos novos ou incipientes) e a reflexão (consciência crítica das crenças, aceitação da alteridade, conscientização das situações de submissão, vislumbre de novos recursos).

Como a raiva é um sentimento marcante durante atos de violência, uma maior consciência da própria raiva é um importante fator para o desmonte da dinâmica de violência.

diminuição do insumo que por sua vez diminui o produto, fazendo que sistema tenda a uma estabilidade. Na **realimentação positiva** um aumento no produto provoca um aumento do insumo gerando um novo aumento

Essa consciência envolve não apenas reconhecê-la precocemente, quando é mais fácil manter o controle sobre ela, mas também poder percebê-la como um recurso útil para a resolução de problemas. Se o sujeito não se deixar cegar, ele pode canalizar a energia da raiva para o seu verdadeiro objetivo transformador ao invés de descarregá-las destrutivamente em seus objetos amados.

As interinfluências entre os diversos níveis de estratificação da violência, do global ao privado, são bastante significativas nas transformações ou manutenção destes ciclos de realimentação. À medida que cada nível de estratificação serve de contexto para os demais níveis, eles constituem fatores de *feedback* positivo ou negativo, ou mesmo fatores desestabilizadores.

*A violência faz-se passar sempre por uma contra-violência,
quer dizer, por uma resposta à violência alheia.*

Jean-Paul Sartre

Os Grupos de Homens no Noos

4.1 A instituição

“O Noos - Instituto de Pesquisas Sistêmicas e Desenvolvimento de Redes Sociais - é uma organização não-governamental, sem fins lucrativos, fundada em 1994 na cidade do Rio de Janeiro e reconhecida como Utilidade Pública Federal. Tem como objetivo promover, baseados na visão sistêmica de mundo, contextos colaborativos para a melhoria da qualidade das relações entre pessoas, famílias, instituições e comunidades.

(...)

A proposta do Instituto Noos é divulgar a visão de mundo sistêmica da qual decorrem práticas sociais democráticas e integradoras. Para esta divulgação, a instituição vem realizando cursos, publicações, eventos, consultorias, pesquisas e campanhas, além de desenvolver trabalhos com: terapia de família, grupos de Gênero (homens e mulheres), mediação familiar e comunitária, capacitação de: líderes comunitários, agentes de saúde, conciliadores, terapeutas de família e facilitadores reflexivos para grupos de gênero.”³⁵

4.2 O projeto

Um dos projetos do Noos é o de “Grupos reflexivos de gênero, terapia de casal e família”. Dentro deste projeto situa-se o Grupo Reflexivo de Homens, atendendo homens em situação de violência familiar. Além dos encontros do grupo, envolve um projeto de pesquisa sobre a violência intrafamiliar, e uma avaliação ao final de cada grupo.

4.3 A equipe

A equipe de atendimento ao grupo reflexivo de homens é constituída de três psicólogos e um psiquiatra, membros ou voluntários do Noos. A equipe desse sub-projeto envolve ainda o apoio administrativo da secretaria do Noos, uma orientadora para metodologia de pesquisa,

³⁵ Site do NOOS: <http://www.noos.org.br/>

e outros técnicos do projeto maior que conduzem as avaliações ou participaram da formulação dos questionários.

4.4 Epistemologia

Como nos demais projetos do Noos, trazemos como principal fundo teórico o construcionismo social. Nestes termos, o mundo é reconhecido como complexo, em transformação e intersubjetivo, com múltiplas versões da realidade. Ele é visto como interligado, permeado de imprevisibilidades, envolvendo dinâmicas de causalidade circular, em evolução, complexo, e comportando a implicação do observador no que é observado. O foco se desloca da estrutura para o processo, da parte para o todo, do linear para as redes, do passado para o futuro desejado. É um mundo apreendido contextualmente e ativamente dentro de um ferramental lingüístico que inclui ou exclui realidades, e as próprias descrições são tomadas como aproximações mais do que como verdades. Como tal, a realidade é vista como podendo ser reconstruída a partir das descrições, interações e desejos do sujeito. Como coloca Maturana:

“A realidade é a realidade que construímos no convívio com os demais, portanto, somos responsáveis pela realidade que construímos.”³⁶

Dentro desta perspectiva sistêmica, o foco é deslocado do ato para o processo, do episódio para a situação e para a dinâmica de violência. Possibilitar a substituição de uma dinâmica de violência por outros recursos no manejo de conflitos, é uma tarefa bastante distinta daquela calcada no modelo de erradicação da violência reduzida à punição dos culpados pelos atos. Como a dinâmica de um sistema muitas vezes é alterada quando um de seus componentes se altera, o trabalho apenas com um dos membros da família geralmente traz bons resultados.³⁷

4.5 Recursos

Após a interrupção do financiamento em 2003, o projeto foi suspenso e, em 2005, retomado sem financiamento externo, recorrendo ao trabalho voluntário. Como tal, teve que

³⁶ citado por [Zuma, 1995].

³⁷ Um excelente exemplo é o caso Dibs, onde o tratamento psicanalítico de uma criança traz grandes alterações para a sua dinâmica familiar. [AXLINE, 1999.]

se limitar a um horário de disponibilidade da equipe, às segundas-feiras de 13h às 15h.³⁸ Sendo um horário comercial, entrou em conflito com a disponibilidade de muitos dos candidatos que trabalhavam nesse período.

Em termos do espaço necessário, as entrevistas ocorreram nos consultórios dos facilitadores (dentro ou fora do Noos) e os encontros do grupo em uma sala de aula cedida pela Prefeitura do Rio de Janeiro no CEMASI Marina Lina em Laranjeiras. Os telefonemas para marcar as entrevistas eram feitos do Noos ou dos telefones particulares dos facilitadores.

4.6 A triagem

4.6.1 Encaminhamento

Os homens que buscam ajuda chegam ao Noos em diversos graus de formalidade. Envolvem um espectro que vai desde uma medida judicial alternativa no decurso de um processo criminal, até a busca por iniciativa própria do envolvido, comportando ainda indicações de familiares, de conhecidos, de profissionais, de ONGs e da mídia, além de encaminhamentos informais de órgãos públicos designados para o atendimento de situações do espaço doméstico. Os órgãos jurídicos envolvidos no encaminhamento compreendem:

- JECRIMs – Juizados especiais criminais
- Vara de Infância e Juventude
- Juizado da Infância, da Juventude e do Idoso
- DEAMs – delegacias especializadas de atendimento à mulher
- CIAM – Centro integrado de atendimento à mulher
- NIAM – Núcleo integrado de atendimento à mulher
- CEDIM – Conselho Estadual de Direitos da Mulher

4.6.2 Contato inicial

Os primeiros contatos com o candidato geralmente são realizados por telefone visando agendar uma entrevista com um técnico da equipe do projeto. Já neste primeiro contato temos levado em consideração os obstáculos que afugentam os candidatos, acolhendo-o, procurando estar atento a seus temores e fornecendo algumas informações desmistificadoras, tal como

³⁸ O atual estudo se baseia nos grupos formados de 2005 em diante, uma vez que estas condições influenciam o

apresentar o grupo como tendo um enfoque mais cuidador que normatizador. Este cuidado é crítico uma vez que a maior taxa de evasão se encontra entre o contato inicial e a entrevista.

Algumas vezes os primeiros contatos são realizados com o agente encaminhador, mas temos o cuidado de marcar a entrevista diretamente com o próprio participante, já que algumas vezes o desejo é mais do agente encaminhador do que do próprio homem indicado. Se o agente encaminhador for um familiar próximo, é freqüente que ele esteja envolvido e ansioso com a própria situação de violência, sendo importante apoiá-lo tomando-se os devidos cuidados com alianças unilaterais e com a privacidade.

Como os encontros do grupo ocorrem em um único horário comercial, é avaliada a disponibilidade do candidato neste horário. Não havendo disponibilidade busca-se um encaminhamento para atendimento em outros grupos, projetos ou instituições.

4.6.3 A entrevista

A entrevista envolve:

- um processo de acolhimento que o reassegure, incluindo uma escuta ativa do que o trouxe ali e o que mais ele julgue importante expressar;
- uma explanação de como o grupo funciona;
- uma coleta de dados básicos para contato, categorização e sobre o encaminhamento;
- a aplicação de um questionário coletando dados para a pesquisa sobre violência doméstica (Anexo I);
- orientações sobre o início do grupo ou quando entraremos em contato.

Como o processo de formação do grupo leva alguns meses, este tempo de espera é uma fase onde a evasão é significativa, principalmente para os primeiros candidatos inscritos. Neste período, ocorrem situações de perda de motivação, de mudança de disponibilidade de horário, ou de reconfiguração familiar que podem levar à desistência.

O questionário

O questionário utilizado procura aferir não só a variedade, a intensidade e a extensão da violência doméstica ocorrida, como crenças e antecedentes históricos a ela relacionados. Por tratar de assuntos íntimos, o grau de intimidade das perguntas é progressivo, e o entrevistado é

orientado a poder recusar responder qualquer pergunta com a qual não se sinta à vontade, ou mesmo de poder interromper a entrevista.

As perguntas também servem como um estímulo para o entrevistado poder falar dessas situações de violência, que envolvem um turbilhão de sentimentos e sofrimentos para os quais ele não havia encontrado um outro espaço de conversação. Ao invés de constrangidos, os entrevistados têm-se mostrado geralmente aliviados ao conseguir falar desses assuntos delicados (apesar de tão brutos).

Cabe notar, que, ocorrendo ainda em um estágio inicial do processo de vinculação com a instituição e os facilitadores, a confiança ainda está começando a se estabelecer, de forma que muitas vezes as respostas são maquiadas e incompletas como forma do entrevistado preservar-se. Percebe-se isto quando posteriormente, no decorrer do grupo, o participante cita fatos que contradizem ou recontextualizam afirmações que fez durante a entrevista.

4.6.4 O início do grupo

O grupo é iniciado quando se estabelece um quorum de cerca de 10 a 12 participantes, levadas em consideração situações de continuidade, como a proximidade de datas comemorativas.

4.7 Os encontros (grupos de 2005 e 2006)

São previstos 20 encontros, mais um encontro adicional para avaliação do processo daquele grupo. Nos encontros iniciais, promove-se a integração dos participantes, e, a partir das expectativas pessoais, o estabelecimento em comum de um contrato de interação e de temas a serem abordados nos encontros subsequentes.

4.7.1 As dinâmicas

A dinâmica de cada encontro é proposta pela equipe de atendimento, levando em consideração o nível de estímulo necessário para o próprio andamento do grupo. Como o grupo de 2005 se entrosou facilmente, após os primeiros encontros se tornou desnecessária uma proposta da equipe de uma dinâmica facilitadora, as conversações sobre o tema se estabeleciam espontaneamente, ou se restabeleciam após pequenas intervenções da equipe.

A idéia de uma equipe reflexiva³⁹ ao final dos encontros também foi substituída. Ao final, fazia-se uma rodada onde cada um assinalava em uma frase, o que mais o havia tocado naquele encontro.

A não existência de um financiamento e a conseqüente menor disponibilidade dos facilitadores foi um fator que influenciou estas simplificações, observadas as condições de manutenção de uma boa funcionalidade dos encontros.

A equipe fornecia um pequeno lanche (café e biscoitos), disponível a qualquer hora, e que propiciavam uma confraternização informal ao final.

4.7.2 O contrato

No grupo de 2005, foi proposta uma dinâmica onde cada um expusesse o que desejava que viesse acontecer no grupo e o que gostaria que jamais ocorresse ali. A partir dessas expectativas foram tiradas regras de convivência, que somadas a umas poucas regras básicas trazidas pela equipe compuseram o corpo de um contrato oral.

Como exemplo, foi estabelecido um prazo de tolerância de 15 minutos de atraso, e a sanção de pagar uma prenda (trazer alguma coisa de lanche para o próximo encontro) para quem ultrapassasse este prazo. A equipe propôs que qualquer um poderia se recusar a responder uma pergunta com a qual não se sentisse à vontade.

³⁹ Conforme [Andersen, 2002].

4.7.3 Temas escolhidos

Quadro 3

Temas escolhidos pelos grupos para reflexão nos encontros:

2005	2006
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Espiritualidade ➤ Violência ➤ Estresse ➤ Criação dos filhos / valores ➤ Direitos e deveres no casamento ➤ Drogas lícitas e ilícitas ➤ Convívio com a esposa, mulher e filhos. ➤ Machismo ➤ Realização Profissional ➤ Sexo ➤ Mídia / valores ➤ Sustento da família / trabalho ➤ Abuso sexual, o que é? <p><i>Surgiu ainda no debate dos encontros: mulheres agredidas e homens agressores / auto-estima, confusão e depressão / relação com as crianças - terrorismo psicológico / perda da família - separação da mulher e dos filhos / ciúmes (meu e do outro)</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Segurança / Insegurança / Autoconfiança / Auto-estima / Mentiras entre o casal ➤ Fatores que desencadeiam e fatores que freiam a violência / Conflitos / Violência e outros recursos / Sinais da violência ➤ Sentimentos do agressor / Modelos familiares herdados ➤ Indivíduo / Casal / Choque x Encontro de mundos / Criação de filhos e casamento ➤ Emprego / desemprego ➤ Ciúmes ➤ Os muitos papéis que ocupamos na vida ➤ Espiritualidade ➤ Galo é galo e galinha é galinha? / Machismo ➤ Testemunhas da violência (vizinhos, filhos, etc...) / Rótulos ➤ Drogas

4.7.4 Efeitos do grupo reflexivo

Já vimos que um dos efeitos do grupo reflexivo é possibilitar uma maior percepção do que ocorre nas situações de conflito. Mas também percebemos que é um espaço para exorcizar alianças com algumas variáveis de contexto que são mantenedoras do sofrimento e da violência. Por exemplo, é comum que ocorra nos grupos uma reafirmação das crenças que foram aprendidas na cultura familiar e social de origem, para que, depois dessa reafirmação o próprio relator traga espontaneamente um contra-exemplo. Parece ser um mecanismo onde a

repetição do que foi aprendido sem um questionamento se concretiza nessa reafirmação para que possa então ser examinado a partir de um estado reflexivo.

Qualquer processo de conversação envolve várias falas, algumas internas, além da fala externa⁴⁰. As falas internas envolvem, não apenas um diálogo consigo, mas também com uma imagem de sua rede social e com o próprio tema⁴¹. Desta forma, o diálogo externo com os demais participantes do grupo reflexivo vai muitas vezes propiciar a abertura de um diálogo que antes não pôde acontecer – o do indivíduo com a sua rede social de origem sobre aquele tema, possibilitando a diferenciação da posição do indivíduo da posição da sua rede. Essa dinâmica específica é parte de um processo de discriminação pessoal, onde se distingue o que é apenas um fardo herdado daquilo que é uma convicção própria. Também envolve o perceber quanto custa em termos de qualidade de vida, o prestar contas à opinião dos outros, em detrimento da própria opinião.

À medida que as reflexões dos integrantes diferem, torna-se um espaço de exercício prático no convívio com a alteridade, *onde é possível ouvir o outro sem ter que se render à sua opinião, como é possível expor o próprio ponto de vista sem ter que submeter os presentes a ele*. Esta possibilidade vai se construir a partir de uma conduta inicial dos facilitadores, voltada para a escuta e o acolhimento das questões trazidas pelos participantes. Esta postura não só vai gerar um clima de respeito mútuo, como propiciar a segurança de se poder expor questões que tendem a ser recriminadas socialmente, fornecendo assim um outro modelo que não o da violência da submissão.

A minimização das redes sociais, concentrando em poucas pessoas próximas as únicas possibilidades de interação de um indivíduo é um alto fator de risco para a violência. Assim, alguns membros do grupo reflexivo provêm de redes sociais muito reduzidas, e o próprio grupo é em si, uma expansão da rede do indivíduo. Quanto maiores as possibilidades de interdependência, menor o risco de uma dependência localizada e conseqüentemente de violência. À medida que o diálogo sobre um tema encontra novos espaços para além daquele onde ele ficou viciado - no sentido de estar reduzido a uma repetição sem variações nem solução – ele tem uma grande oportunidade para se desdobrar em novas alternativas.

⁴⁰ [Andersen, 2002, p. 52-53]

⁴¹ [Núcleo de atendimento a famílias em situação de litígio, 2006]

Se isso vale para redes em geral, é muito mais intenso em termos de redes de conversação íntima. Muitas vezes, este grupo reflexivo é a primeira oportunidade daquele homem de poder falar de seus próprios afetos, o que lhes dá uma substancialidade e possibilidade operacional antes desconhecida.

Essa intimidade surgida na conversação fortalece o grupo reflexivo como uma nova aquisição na rede social de cada um de seus membros e propicia novas relações de amizade entre eles. Se a identidade pessoal se recria continuamente nas relações com o outro, o grupo se torna uma importante ferramenta de reconstrução dessa identidade.

“À medida que se incorpora esta perspectiva [a de que uma rede social é um sistema auto-organizante descentralizado], com suas tensões e riqueza, pode-se chegar à constatação de que a rede social contém, e sustenta, e é gerada pelas histórias que constituem a identidade de seus membros, e legitimam a posição relativa dos participantes, é geradora, ao mesmo tempo que depositária, da existência simbólica de seus membros e que esta rede social pessoal é um organismo ou um sistema frouxo, cujo centro é arbitrário, flutuante e circunstancial.” [Sluzki, 1997]

Quanto aos benefícios citados na metodologia de trabalho com grupos reflexivos de gênero⁴² que serviu de base ao atendimento, referente aos grupos atendidos entre 1999 e 2003, que seriam:

1. responsabilizam-se e interrompem as diferentes formas de violência praticadas: física, psicológica e sexual;
2. questionam as identidades masculinas dominantes e o processo de construção das mesmas, admitindo que os modelos hegemônicos de masculinidades põem em risco as suas vidas e a integridade daquelas(es) com os quais convivem;
3. percebem a existência de um acordo silencioso entre os homens quanto à violência de gênero que se relaciona ao machismo e a uma cultura de defesa da honra;
4. revelam a constituição de uma rede de relações fratricidas entre homens, especialmente nas camadas populares, e que abrange policiais, tráfico de drogas e moradores de comunidades empobrecidas;
5. conscientizam-se de que a violência é parte do repertório masculino na resolução de problemas, conflitos e na manutenção do poder;
6. percebem que, de forma geral, os homens não se cuidam, não cuidam de outros e reconhecem que o cuidado é uma atribuição feminina em nossa sociedade;
7. questionam as condições e relações de trabalho (remuneração, desemprego, segurança, espaço físico, relações de competição e ausência de solidariedade);

⁴² [Acosta, Andrade e Bronz, 2004, p.33]

8. evidenciam insatisfação quanto ao papel de provedor historicamente atribuído aos homens em nossa sociedade;
9. reconhecem mudanças qualitativas em suas relações interpessoais passando a escutar, dividir cuidados, problemas e tarefas com aqueles com os quais convivem. Dentre os relatos, destacam-se aqueles que se referem aos grupos como propiciadores da escuta e a interação com suas companheiras, familiares e os demais participantes dos grupos;
10. relatam maior e melhor satisfação amorosa e sexual;
11. formam redes pessoais sociais e redes de solidariedade profissional;
12. expressam interesse em participar de trabalhos de gênero com outros homens;

pudemos observá-los nos grupos de 2005 e 2006 de forma geral ou localizada em alguns participantes. A esses benefícios, adicionamos os seguintes comentários:

Item 1) Nem sempre a violência física é totalmente interrompida. Na maioria dos casos, ao final dos encontros, isso já ocorreu. Entretanto, nos poucos casos de uma eventual reincidência, o participante já dispunha de recursos para poder refletir sobre o que contribuiu para o incidente violento e assim galgar um novo degrau no controle de suas expressões. Existe ainda o caso de alguns homens que não concluíram o grupo e que continuaram tendo dificuldades nessa área;

Item 2) Percebem a importância das particularidades da sua própria cultura familiar dentro de uma cultura social mais ampla;

Item 3) Durante os encontros surge um outro tipo de acordo espontâneo entre os participantes sustentado em bases de solidariedade em oposição ao machismo. A percepção de que a provocação desabona o provocador e não o provocado, tem permitido uma releitura da questão da honra, abrindo novos espaços de comportamentos possíveis.

Item 4) E também revelam da rede a violência que permeia as relações profissionais e o quanto esta repercute na vida familiar;

Itens 6 e 8) Percebem novos espaços nesse cuidar que não se reduzam ao papel de provedor, e passam a manejar com mais facilidade os eventuais conflitos decorrentes da contribuição da mulher para o sustento da família;

Item 7) Cabe adicionar a questão do desemprego, um dos fatores de risco da violência doméstica. Percebemos que a participação no grupo tem proporcionado mais recursos para resolver as dificuldades concretas, o que diminui os conflitos psíquicos que sorvem muita energia, disponibilizando-os para uma maior organização da vida pessoal. Isto pode estar contribuindo para a obtenção de um novo emprego, o que tem ocorrido com frequência;

Item 9) Essa mudança qualitativa se estende à rede mais ampla, sendo muitas vezes espontaneamente reconhecida pelos amigos e vizinhos do participante;

Item 11) Com o surgimento dos *grupos abertos*, abrangendo homens do grupo atual e dos grupos já concluídos, estas redes passam a se entremear entre os grupos;

Item 12) Não apenas trabalhos de gênero com outros homens, mas com a população em geral, envolvendo crianças, adolescentes e mulheres. Não apenas

interesse em participar mas a própria implementação com iniciativa própria, iniciando em sua comunidade e expandindo-se até internacionalmente.

Como benefícios adicionais observamos que passam a se dar conta:

13. que é possível e desejável uma conversação entre homens que verse sobre os seus sentimentos, e que não precisam resolver suas dificuldades emocionais sozinhos;

14. da possibilidade de uma relação mais equalitária entre os gêneros;

15. da possibilidade de uma relação mais próxima e respeitosa com os filhos;

4.7.5 Avaliação

A. Avaliação do grupo

Ao final dos 20 encontros de cada grupo é feito um encontro para avaliação daquele processo grupal. Esta avaliação utiliza a metodologia do *grupo focal*, sendo realizada na ausência da equipe que acompanhou o grupo, conduzida por outros profissionais do Noos. O encontro de avaliação segue um roteiro de questões a serem propostas ao grupo, envolvendo a pertinência e abrangência dos temas, da equipe, e do impacto do trabalho nas diferentes esferas da vida de cada um. O encontro é gravado e transcrito, com posterior elaboração de um relatório de avaliação.

*B. Principais conquistas – grupo de 2005*⁴³

Um relato presente em vários depoimentos foi o de um aumento no desenvolvimento de novos recursos e na capacidade de socialização em geral, influenciando as diversas áreas de suas vidas. Não só a família, mas amigos e clientes se manifestavam com o progresso e a maturação dos participantes. Para a equipe facilitadora, foi bastante perceptível essa evolução ao desenrolar dos encontros.

Alguns outros indicadores de conquistas, citados no próprio grupo:

➤ Mais cuidado consigo

⁴³ O grupo de 2006 ainda estava em andamento quando da elaboração deste trabalho.

- Maior nível energético
- Bem-estar emocional
- Maior capacidade de diálogo – tanto na fala quanto na escuta
- Bem-estar aparente (“aparece na cara”)
- Coragem para falar de si
- Solidariedade e coesão no grupo – apoio mútuo – “uma família de amigos”
- Positividade
- Melhor relacionamento com os filhos
- Mais segurança de si

Os participantes demonstraram interesse em uma continuidade. Foi proposto um prosseguimento através de encontros mensais abertos, dos quais participariam os membros dos grupos de qualquer ano. Neste desdobramento, puderam constatar que dispunham de mais recursos para lidar com os novos problemas que porventura surgiam.

C. Avaliação do projeto

A avaliação do grupo de 2005 foi bastante positiva, mas devemos ter em mente que ela se referiu apenas aos participantes que completaram o processo de 20 encontros..

Entretanto, eles formam apenas uma pequena parcela dos homens que procuram ou são encaminhados ao Noos para participar deste grupo reflexivo. Há uma significativa percentagem desses homens que sequer chega a fazer a entrevista, ou que desiste do grupo após ser entrevistada. Foi visando entender melhor os contextos que propiciam essas desistências que desenvolvi esta pesquisa.

*Uma das coisas importantes da não-violência
é que não busca destruir a pessoa, mas transformá-la.*

Martin Luther King

Os Obstáculos Encontrados

5.1 As desistências

O grupo de 2005 se formou após 2 anos de interrupção no projeto. Não podemos considerar significativa a percentagem de desistências dos inscritos, dado o enorme período de espera, de forma que os resultados referentes ao número de inscritos que se segue se referem apenas à turma de 2006.

O maior impedimento alegado é o conflito com os horários de trabalho, que ao longo das diversas fases (encaminhamento, entrevista, encontros) totalizou 15 casos, quase metade do total de casos inscritos.

Quadro 4:

Destino dos homens inscritos e motivos alegados de desistência

grupo de 2006 (computado até o 17º encontro)

Inscritos	34	Não en tre vis ta dos	20	Questões familiares	4	Separou-se	1
						Delegou ou negou o problema	3
				Localização	1		
				Não respondeu às tentativas de contato	6		
				Horário de trabalho	8		
				Viagem	2		
		Entre	14	Encaminhado para atendimento individual	1	Trabalho e Premência judicial	1

	vis ta dos	Não compareceu aos encontros	4	Trabalho	2
				Localização	2
		Iniciou o grupo	9	Trabalho	4
				Desconhecido ⁴⁴	1
				Em andamento	4

Para o grupo de 2005, podemos tomar como referência o número de participantes esperado após as entrevistas:

Quadro 5:

Destino dos participantes esperados e motivos alegados de desistência

grupo de 2005

Participantes previstos	13	Nunca compareceram	3
		Desistiram ao longo dos encontros	3
		Concluíram o processo	7

Dentre os desistentes, um único que apresentou uma justificativa: a de já estar satisfeito com os resultados (após participar de 3 encontros) e que preferia trabalhar naquele horário, pois era autônomo.

5.2 A pesquisa sobre os obstáculos

Essa pesquisa buscou identificar as dificuldades e os impedimentos surgidos ao longo de todo o processo, não se limitando aos que foram alegados, mas tentando identificar as questões subjetivas que os acompanhavam. Simultaneamente, eram experimentadas alternativas para lidar com esses obstáculos à medida que estes iam sendo identificados, principalmente na triagem do grupo de 2006.

⁴⁴ Perdemos o contato com ele e a família após um período de incidentes de violência.

5.2.1 Metodologia

A pesquisa foi baseada na observação direta dos casos de impedimento, no diálogo com os envolvidos acerca do contexto onde surgia a dificuldade, no relato dos encontros e numa série de entrevistas realizadas com os participantes do grupo de 2005. Ao longo de todo o processo, utilizamos o método indiciário, que constrói hipóteses a partir dos indícios disponíveis⁴⁵, para a identificação dos possíveis obstáculos surgidos.

5.2.2 Amostra entrevistada

Foram entrevistados todos os membros que concluíram o grupo (com exceção de um membro que se mudou e não pôde mais ser localizado), bem como um homem que concluiu a entrevista, mas não compareceu a nenhum encontro.

5.2.3 Preparo das entrevistas

Após uma primeira entrevista aberta que serviu de base para o preparo das demais, foi elaborada uma lista de perguntas para guiar entrevistas semi-estruturadas, lista esta que agregou algumas novas perguntas após as primeiras entrevistas serem realizadas.

Foi a seguinte a relação final das perguntas da entrevista:

1. Qual foi a 1ª vez que passou pela sua cabeça a idéia ou a dúvida de estar precisando de ajuda? Quanto tempo durou essa indecisão? A quem recorreria se estivesse numa sinuca?
2. O que você pensava que fizesse desistir dessa ajuda? Com que frequência a dúvida voltava?
3. Com todas as dificuldades, o que fez que você ousasse participar?
4. Quem o apoiou e incentivou para que aceitasse ajuda? Quem o dificultou?
5. Que sentimentos teve durante os desdobramentos jurídicos?

⁴⁵ [Ginzburg, 1989]

6. Como foi o 1º contato conosco? Quais foram os seus sentimentos ao receber o nosso 1º telefonema?
7. Com que sentimentos chegou para a entrevista? Com que sentimentos saiu? Como foi responder o questionário?
8. Com que sentimentos chegou para o 1º encontro? Com que sentimentos saiu?
9. Como você imaginava que seria esse grupo? E o que imaginava que aconteceria com você no grupo?
10. Houve alguma idéia à qual você se mantinha apegado que lhe atrapalhava?
11. Qual o tema que foi mais difícil para você participar?
12. Qual foi o momento mais desconfortável?
13. Em que momentos pensou em desistir do grupo? O que fez com que não abandonasse?
14. Após os 20 encontros, quais são os obstáculos atuais?
15. O que no grupo mais facilitou o seu processo?
16. Qual foi o momento durante os encontros do grupo que fez mais diferença para a sua vida? O que propiciou esse momento? Ele foi precedido por alguma dificuldade?
17. Se imagine daqui a alguns anos, contando histórias para seus netos. O que você contaria de sua experiência no grupo?

5.2.4 Análise das respostas⁴⁶

A. A possibilidade de buscar ajuda

As entrevistas mostraram períodos de dificuldade de entender o que está se passando consigo, de identificar claramente o que está incomodando, de poder enunciar um problema a ser resolvido:

⁴⁶ Devido ao fato que as respostas à perguntas semelhantes se interpenetravam, esta análise foi realizada agrupando perguntas por temas.

- Percebia que não estava bem, mas não me dava conta exatamente do que era.⁴⁷
- Tem alguma coisa errada, mas deixa p'ra lá ...

tendo como conseqüências:

- impede que o conflito seja diretamente abordado, ele transborda para outras situações;
- leva à impressão de que vai dar para resolver o problema sem recorrer a uma ajuda externa, apesar de fantasias de estar enlouquecendo;
- reações de somatização;
- propicia o descontrole e incidentes de violência.

Quando o incômodo passa a ser formulado, é possível buscar uma solução, mas a possibilidade de buscar ajuda ao se deparar com uma situação grave e de difícil resolução como a da violência doméstica não fazia parte dos recursos da maioria dos homens do grupo de 2005. Dos 13 participantes previstos, apenas um buscou ajuda antes de o problema chegar à justiça.

Já no grupo de 2006, o percentual dos homens que dispunham dessa possibilidade aumentou, talvez devido à atual divulgação pela mídia da existência de atividades de suporte a esse problema, uma vez que vários dos homens que vieram por iniciativa própria o fizeram após o contato com algum tipo de reportagem.

A crença de que um homem adulto tem que se virar sozinho, a falta de uma cultura familiar de poder contar com uma ajuda externa consistente, a condenação do problema pelos valores familiares e culturais, a ruptura com a família de origem e o medo da punição foram alguns dos empecilhos para busca de ajuda identificados nas entrevistas:

- Com uma certa idade eu tenho que viver a minha vida. Sentia vergonha de admitir que não conseguia resolver isso sozinho.
- Tenho força de vontade forte, a ajuda pode estar dentro de mim mesmo.
- No novo namoro vai ser diferente.
- A família não ajudaria. Desabafava com pessoas estranhas, num bar ou banco de praça.
- Minha família me discriminou muito, só a família da minha mulher me apoiou.
- Não tinha a quem recorrer... minha família não aceitou a separação.
- Vão me prender?
- Tinha medo do desconhecido.

⁴⁷ Alguns destes itens são transcrições *aproximadas, não literais* das respostas recebidas, uma vez que as entrevistas não foram gravadas e sim anotadas.

Em alguns casos, esse dilema perdurou por até 30 anos. Para os poucos a quem o recurso de pedir ajuda era disponível, esta seria encontrável na própria família, no meio religioso, numa psicoterapia ou mesmo numa DEAM (Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher). E houve quem procurasse um psicólogo e desistisse frustrado após a entrevista.

Dentre os fatores que contribuíram para a busca ou aceitação de uma ajuda externa, surgiram o apoio da rede social, o desejo de não repetir a história dos pais, o desespero e o medo da punição após a denúncia. O apoio familiar vem predominantemente das mulheres (companheira, mãe, irmã), mas também de homens com um histórico de já terem lidado com dificuldades pessoais graves. Fora da família, foram citados o apoio de uma mãe-de-santo e de uma assistente social no trabalho.

Mesmo os profissionais da área de saúde podem ser fatores que dificultem uma busca de ajuda, principalmente quando estão inseridos no paradigma tradicional de culpabilização-punição, sem uma visão sistêmica da dinâmica da violência:

- Tive a indicação através de uma assistente social no meu emprego, mas ela ficou tão horrorizada que isso fez que eu me sentisse um monstro.
- Os piores momentos da minha vida foram os da delegacia-todo-dia, psicólogo-todo-dia. As psicólogas ficaram me interrogando querendo me culpar. Perguntaram um monte de intimidades minhas com a minha mulher, até se eu dormia de cueca. Foram muito piores que os policiais.

Nos casos de suspeita de abuso sexual, a dificuldade de conseguir ajuda parece ser bem maior, dados a maior recriminação e o ostracismo que ocorrem:

- A situação que eu vivi foi a de todo mundo virar as costas, não tinha um amigo.
- Minha irmã disse que ia chamar a polícia se eu fosse visitar minha mãe no hospital.

B. Os sentimentos experienciados durante o processo jurídico

Em um momento inicial de transformação paradigmática na atenção pública à violência doméstica, nas diversas instâncias do nosso sistema jurídico coexistem as abordagens preventivas e punitivas, ou promotoras de inclusão ou exclusão social, o que irá disparar diferentes reações e sentimentos por parte dos homens que foram denunciados.

Nosso imaginário social⁴⁸ parece estar bastante impregnado do tradicional caráter culpabilizador e punitivo das nossas instituições jurídicas. Dentro deste enquadre, quando um homem é denunciado por uma situação de violência, os sentimentos diretamente decorrentes de como ele é tratado na prática pelo sistema jurídico muitas vezes se confundem com os sentimentos oriundos de como ele imagina esse sistema, dificultando que ele possa percebê-lo de uma outra forma. Por outro lado, as mudanças em uma cultura que durante séculos acobertou a violência doméstica como algo que não deve transbordar para o espaço público promove um choque quando alguém que se considera um “homem de bem” se encontra diante de uma intimação para comparecer a uma delegacia.

O medo do encarceramento e de todas as suas conseqüências, a indignação por se sentir tratado como um criminoso e as tendências persecutórias que muitas vezes acompanham um questionamento do papel de gênero podem disparar uma enorme dificuldade de perceber uma realidade que esteja propondo limites de uma nova forma:

- Ao receber a intimação por telefone me senti constrangido por me considerar um cidadão de bem. Senti medo, e também injustiçado, não mereço isso.
- Na delegacia, fiquei muito irritado, zangado, puto da vida porque meu filho de 3 anos foi junto [levado pela esposa]. *Imaginei* ele me perguntando "Aqui é lugar de gente ruim, porque estamos aqui?".
- Queria falar com o juiz e não com os mediadores. Achei que devia ficar acima, e não dentro de tudo aquilo. Achei as pessoas ali infantis e incompletas, sem valor, nem conhecimento para resolver um caso de família [esperava por uma autoridade hierárquica de punho firme que desse uma sentença para resolver a situação].
- Senti revolta quando a ex-mulher me mostrou a intimação - afinal, foi a primeira [vez que ocorreu] agressão física.
- Ter que passar por aquilo [aguardar na delegacia] foi uma humilhação grande.
- Senti revolta na conciliação, foi no mesmo prédio onde eu fui jurado no julgamento de crimes contra a vida.
- Fiquei indignado dela ter que ficar nua, no exame de corpo delito.
- Saí perplexo da conciliação: "Se vocês não tiverem chegado a uma conclusão vão ganhar um esporro, a que conclusão vocês chegaram?"

Quer esses sentimentos decorram de um imaginário social persecutório, quer de situações reais de intimidação e abuso de poder, eles vão constituir um obstáculo significativo para que os homens denunciados possam admitir a possibilidade de serem tratados de outra

⁴⁸ “O imaginário social é composto por um conjunto de relações imagéticas que atuam como memória afetivo-social de uma cultura, um substrato ideológico mantido pela comunidade. Trata-se de uma produção coletiva, já que é o depositário da memória que a família e os grupos recolhem de seus contatos com o cotidiano.” [Moraes, s.d.]

forma. Em muitos casos, apenas o medo da prisão garantiu que eles pudessem aceitar um processo de ajuda, e em muitos outros nem isso. E se alguns homens buscaram socorro nas “delegacias de mulheres” (DEAMs) por conta própria, apenas podemos imaginar quantos deixaram de fazê-lo por esses receios envolvidos.

Entretanto, em muitos outros casos, os sentimentos disparados durante o processo jurídico propiciaram um aumento na confiança de poder ser ajudado, e facilitaram a entrada no grupo reflexivo:

- Na delegacia e no tribunal fiquei assustado de início, depois relaxei.
- Na delegacia me senti aliviado, inocentado e valorizado pela delegada. Mesmo assim, na vara de família, cheguei com receio da punição.
- Mesmo revoltado por ter tido que aguardar desnecessariamente, não me senti humilhado no depoimento na delegacia.

C. Os primeiros contatos com o Noos

Quando alguém é encaminhado para o grupo reflexivo de homens no Noos, geralmente o primeiro contato é telefônico, atendido pela secretária que anota o nome, telefones, endereço e como foi encaminhado. Em seguida esses dados são passados para um técnico do grupo que retorna a ligação, buscando fornecer um primeiro acolhimento e agendar uma entrevista. Eu fiquei responsável por esta função dos contatos iniciais, que foram se revelando bastante delicados.

É um momento exploratório, onde o candidato não sabe o que vai encontrar, muitas vezes buscou o Noos em um momento de impulso (ou impulsionado por um parente), mas o período que decorre até que receba o retorno do técnico pode ser fértil de dúvidas e temores. Se inicialmente este retorno era mais sucinto e centralizado no agendamento da entrevista, com a experiência o foco gradativamente se deslocou para a necessidade de propiciar um acolhimento fundamental para a continuidade do processo. Ainda assim, atualiza-se o mesmo embate entre o real e o imaginário que foi vivido perante a justiça:

- Foi difícil ligar – não sabia como seria atendido.
- Não confio 100% em (quase) ninguém.
- Quase chorei – encontrar alguém que se importava em me ajudar – foi o oposto do sentimento de rejeição.
- Foi difícil, senti uma voz policial do outro lado do telefone.
- Ignorei as duas primeiras ligações. Senti medo do desconhecido, constrangimento, receio de ir parar em um asilo de idosos e ter que limpar a bunda deles. Na terceira

vez, tomei a decisão, que veio do medo de ser preso (a juíza havia me dito que iria acompanhar os desdobramentos).

- Achei que iria me encontrar com o médico dos malucos, sem competência para apaziguar um lar.
- Sentia-me frágil, mas foi positivo. Nas conversas por telefone subsequentes [20-30min cada], senti que não eram próximas, precisava de um aconchego maior.

Freqüentemente é difícil localizar o candidato ao retornar a ligação. Em situações de conflito, não é incomum o homem evitar o espaço de casa. Nesses casos, é deixado um recado com o parente ou vizinho que atende a ligação, sendo bastante comum que o candidato não entre em contato após várias tentativas. É possível também que em alguns casos o recado não seja passado, dado às dificuldades de comunicação entre os envolvidos.

Às vezes a ligação é atendida por um parente, envolvido na situação de violência, que fala de seu desespero perante a situação - quer de forma incriminatória, quer solicitando ajuda; nesses casos é dado algum continente ao interlocutor e, se pertinente, é feito um convite para a companheira participar do Grupo Reflexivo de Mulheres do Noos.

Outra dificuldade encontrada é quando o telefone de contato é do trabalho, mas o candidato não se encontra ou não pode atender o telefone em serviço. Nos quartéis pode ser difícil localizar um soldado pelo nome, sem saber sua matrícula. Outras vezes o candidato atende a ligação mas fala por meias palavras, por não se sentir à vontade para tratar desse assunto naquele ambiente. Neste caso o acolhimento é simplificado e adiado para a entrevista.

Também ocorre do candidato se assustar ao ter o retorno e tentar desconversar, alegando alguma desculpa e dizendo que irá ligar de volta. Raramente ligam, e dificilmente novas tentativas de contato têm funcionado, mas já houve casos em contrário. Apenas podemos imaginar se essa insistência de umas duas ou três tentativas de inclusão tem algum efeito transformador posterior.

Uma das principais dificuldades encontradas para a inserção no grupo consiste no fato do candidato trabalhar no horário dos encontros e não conseguir remanejar sua agenda. Entretanto, essa possibilidade de remanejamento de horários, além das condições contextuais objetivas, muitas vezes envolve fatores subjetivos ligados à rigidez do seu papel de provedor; alguns homens apresentam mais “jogo de cintura” do que outros para contornar este obstáculo.

D. As entrevistas

A entrevista geralmente é o primeiro contato físico do candidato com a instituição, e representa uma passagem do mundo virtual dos contatos mediados para o mundo real onde se tem a cara mostrada. Se, por um lado, essa realidade comporta o calor humano do frente-a-frente, por outro ela se presta às inúmeras projeções de toda uma imaginação persecutória contextualizada numa cultura punitiva. Geralmente chegam fragilizados, e em mais de um caso, o candidato chegou a ir até em frente ao Noos e retornou sem entrar.

Eis algumas das fantasias relatadas de como chegaram para a entrevista:

- O que pensariam de mim se transpusesse o portal do Noos, me veriam como um monstro espancador de mulheres?
- Cheguei cabreiro – o que iriam me perguntar? Será que vão me hipnotizar? Tinha medo de ser obrigado a revelar todos os meus sentimentos.
- Por que falar com um psicólogo? Será que eles acham que eu estou maluco?

Dependendo do encaminhamento, alguns chegam mais tranquilos e confiantes, por terem tido boas referências de quem os indicou. Outros chegam desesperados, buscando uma tábua de salvação.

Quanto ao questionário, em quase todos os casos serviu de ferramenta para que o candidato pudesse colocar as suas questões. Entretanto, um dos candidatos achou que ele não tinha nada a ver com aquilo que estava sendo perguntado, se sentiu deslocado, confundido com um outro tipo de pessoa, achou as perguntas absurdas, aquilo foi um choque, e desistiu do grupo. Isso ocorreu apesar do questionário ser aplicado apenas numa segunda entrevista, sendo que na primeira foi percebida a necessidade de apenas acolhê-lo e ouvi-lo.

Com exceção desse caso, os candidatos saíram bem mais tranquilos, relatando ter sido bom poder falar das dificuldades.

E. O primeiro encontro

Apesar de, já contando com a experiência da entrevista, chegarem ao primeiro encontro do grupo um pouco mais confiantes, este provoca ansiedades muito similares a ela. De alguma forma o grupo, neste momento, parece representar toda a sociedade e o medo da reação do grupo está espelhado nos retornos que o participante vem recebendo do social.

Fantasia relatada:

- Pensei que seria submetido a um interrogatório repetitivo;
- Estava tenso, sem saber quem é quem, como iriam me olhar. Tinha medo de que o que viesse a falar fosse usado contra mim, ou que fosse comentado fora do grupo;
- Estava assustado com tantos homens. Será que vou ter que contar tudo de novo? Se com duas psicólogas já foi tão ruim, imagine com quatro psicólogos homens? Tinha medo de ficar falando a esmo;
- Estava desconfiado, mas já nem tanto;
- Fui como se estivesse chegando numa escola. Imaginei que iriam me dar explicações, mas a informação foi dada pelo “corpo presente”⁴⁹;
- Estava cabreiro, medroso, cauteloso;
- Cheguei a imaginar que saía na porrada no grupo ao expor algo mais delicado e ser crucificado.
- Não imaginava que se tornaria tão íntimo;
- Achava que ia ser interrogado, que ia ter polícia e tudo.

Em um caso, o de um morador de Ipanema, as próprias instalações, mais simples que as do consultório da entrevista ou de seu meio social imediato, foi um fator determinante no não se sentir acolhido:

- Cheguei um pouco antes no CEMASI. Não me senti à vontade no ambiente, me incomodou encontrar pessoas comendo em marmitas na sala [os funcionários do CEMASI] e fui embora sem encontrar com ninguém do grupo.

A grande maioria dos participantes saiu aliviada, mas houve um que relatou contrariedade:

- Foi bom;
- Saí sorrindo, mais leve, com vontade de voltar;
- Saí feliz, senti que me ajudaram a carregar o meu fardo;
- Eu já estava além de tudo o que foi falado.

Já neste primeiro encontro, diversos membros do grupo se reuniram na saída do prédio e seguiram caminho conversando, numa confirmação de que uma nova rede de apoio se formava.

⁴⁹ Expressão utilizada pelo participante para denominar os presentes à reunião – colegas e equipe.

F. Dificuldades no decorrer dos encontros

As quatro perguntas elaboradas para explorar as dificuldades encontradas ao longo dos encontros (perguntas 10 a 13), não revelaram nenhum obstáculo sistemático ou marcante na maioria dos casos. O tema mais delicado variou com as dificuldades ou características de cada um.

As dificuldades relatadas foram leves:

- O pior foi quando faltou muita gente, só tinha quatro de nós;
- Só era incômodo porque tomava toda a tarde [este vinha de São Gonçalo];
- Alguns do grupo não aceitaram quando contei que fico de cueca na frente das filhas.

Esta última ocorreu em uma das primeiras sessões, com o desenrolar do processo, estas diferenças culturais continuaram aparecendo, mas deixaram de provocar o incômodo inicial.

As dificuldades observadas diretamente foram as de impedimento de um comparecimento eventual por questões pessoais, principalmente as de cunho profissional.

➤ Um caso particular:

Entretanto, houve o caso de um participante onde os progressos foram menos nítidos. Ele tinha dificuldade de participar da mesma conversação do grupo, suas intervenções freqüentemente mudavam bruscamente para um assunto próprio e eram de difícil entendimento pelos demais. Suas expectativas em relação ao grupo eram mais rígidas e reativas:

- Queria cumprir e ver se a decisão do judiciário era errada ou acertada. Só ouvi história de pescador ou botequim. A gente vai se enjoando. Não tinha lógica. Devia ser olho por olho, dente por dente. Nunca encontrei um psicólogo que dissesse alguma coisa que eu quisesse aprender.

Apesar disso, orgulhosamente levou o filho para conhecer o grupo em um dos encontros.

G. A relação com os colegas e os facilitadores

Houve um progressivo aumento de confiança no decorrer das sessões, e isso facilitou bastante a possibilidade de cada um se expor e refletir sobre si.

- O que mais me ajudou ...
 - foram as pessoas, o acolhimento da equipe;
 - as anedotas contadas – se havia espaço para isso, sem dúvida havia espaço para mim;
 - a diversidade do grupo;
 - a compreensão e o debate das divergências;
 - a união de todos e a confiança mútua;
 - quando o outro fala, a gente fica mais amigo, isso dá segurança e facilita;
- E o que mais marcou ...
 - poder se entender na discordância - após acirrada discordância com um colega ele disse: "Se fosse outra pessoa eu ficaria puto, mas eu gosto de você e a gente entende a posição do outro.";
 - a tranquilidade, o apoio e a valorização passada pelos terapeutas;
 - as pessoas no grupo se olhando e sorrindo;
 - o compartilhamento de problemas: juntos trocamos os problemas e os jogamos fora;
 - a própria possibilidade de frequentar um lugar daqueles e falar de sua vida;

H. Resultados a médio prazo

Os vinte encontros não são nenhuma garantia de que os incidentes de violência deixem de ocorrer. Porém eles se reduzem muito, tanto em frequência quanto em intensidade. Dentre os obstáculos que restaram, foram relatados:

- Reincidi uma vez com a minha namorada, em função de estresse excessivo no trabalho [comércio pré-Natal], falta de tempo para socializar e para receber apoio;
- Ter tempo para me cuidar, com a doença da mãe e as dificuldades no negócio;
- Tenho medo de se eu sair de casa os vizinhos vão pensar na desproteção das filhas;
- A bebida;
- A ira quando alguém me incomoda com fumaça de cigarro;
- Conseguir superar as discordâncias e voltar para casa, ainda tenho medo da gente voltar a se desentender na frente da filha.

O que se pode deparar destes depoimentos foi um significativo aumento nos recursos para lidar com as dificuldades. Muitos relataram uma boa melhora no diálogo com a família e os amigos.

A observação da evolução do grupo ao longo dos encontros e/ou a avaliação final indicaram um aumento na capacidade reflexiva e expressiva, bem como de uma maior possibilidade de depositar confiança nas relações estabelecidas.

*Quando a violência das paixões se relaxa e o seu ardor arrefece,
ficamos libertos de uma multidão de furiosos tiranos.*

Platão

Conclusões

6.1 Principais obstáculos

O levantamento dos motivos de não participação no grupo aponta que o mais freqüente está relacionado à falta de disponibilidade no horário do grupo, devido à necessidade de trabalhar. Por sua vez, a oferta de horários para atendimento, reduzida a uma única opção em horário comercial, está limitada pelo fato deste projeto não dispor no momento de qualquer financiamento externo, sendo efetuado em caráter voluntário.

Em segundo lugar, aparecem causas relacionadas ao receio – do desconhecido, de ser punido, de ser interrogado e invadido, ou de ser socialmente recriminado e excluído. Receios estes impulsionados por um imaginário social fundado em uma cultura patriarcal centrada na culpabilização e na punição. O processo de inserção no grupo comporta uma série de etapas sucessivas de contatos – encaminhamento, telefonema, entrevista, primeiros encontros – cada qual com um potencial para disparar fantasias persecutórias propiciatórias da evasão.

6.2 Proposições para facilitar a transposição de obstáculos

A possibilidade de oferecimento de um horário alternativo fora do horário comercial, que possibilite a participação dos homens que trabalham em horário fixo diurno, poderia decorrer de:

- Um sucesso na busca de um financiamento para o projeto. Esta necessidade de financiamento foi enfatizada por muitos dos homens entrevistados, bem como a de um maior cuidado governamental e das instituições sociais com a questão;
- A formação de um outro grupo em horário noturno, envolvendo alguma forma de remuneração;
- O encaminhamento para atendimento individual em clínica social dos casos de disponibilidade de horário mais crítica, como já foi feito para alguns casos com urgência.

Quanto aos obstáculos relacionados ao receio, algumas soluções já vem sendo experimentadas a partir dos próprios resultados iniciais desta pesquisa. Passei a adotar com sucesso:

- Ao receber o primeiro telefonema do candidato, a secretária do Noos anota as direções de contato e encaminhamento, e agiliza um novo contato telefônico do candidato comigo para o mesmo dia;
- Neste meu contato com o candidato, antes de qualquer tentativa de agendar uma entrevista, busco avaliar que necessidade ele teria de acolhimento imediato e promovê-lo da melhor forma possível. Tem se revelado útil, informá-lo que o nosso objetivo é ajudá-lo em seu sofrimento, em oposição a qualquer tipo de controle, enquadramento ou punição; bem como o caráter autônomo do Noos, sem outros compromissos com o poder judiciário além de uma comunicação de assiduidade;
- Investigo exatamente qual é a sua demanda, e explico o que estamos oferecendo;
- Caso perceba algum receio, procuro abordar este tema explicando que é muito comum que isto aconteça, que sua desconfiança é legítima e importante para ele que possa avaliar em quem pode confiar e que ele tem o direito de investigar “onde está se metendo”; por outro lado deixo espaços na conversa para que ele possa falar do que o ameaça;
- Faço uma breve explicação do funcionamento do grupo, do seu caráter acolhedor, da não obrigação de se colocar e da confiança recíproca que surge naturalmente;
- No caso do contato ser feito com um familiar, procuro dar um mínimo de acolhimento ao seu sofrimento antes de solicitar um contato direto com o candidato. Dependendo do caso informo a existência do grupo reflexivo de mulheres e faço um convite para acolher o sofrimento da companheira neste grupo;
- Durante a entrevista ofereço mais espaço para que o candidato possa falar de suas dúvidas e receios;
- Ao entrar na aplicação do questionário dou uma maior ênfase na possibilidade de que ele possa interrompê-lo para a colocação de qualquer incômodo ou discordância que venha a surgir ou mesmo definitivamente;
- Durante a aplicação do questionário, dou mais atenção a qualquer sinal de desconforto do candidato, procurando abrir espaços para uma expressão mais direta do incômodo através de perguntas, comentários que possam descontrair ou abrir a conversação, e de uma mudança para uma postura mais informal e empática;

Outras possibilidades envolvem o fortalecimento conjunto com outras organizações da sociedade civil no sentido de promover e apoiar as transformações jurídicas (da lei, das instituições e no trato) necessárias a um melhor atendimento a essas situações de violência doméstica.

Na escassez dos órgãos financiadores, convênios com outras organizações da sociedade civil poderão gerar uma massa crítica de maior poder de atração a financiamentos, ou mesmo facilitar o encaminhamentos dos casos que não possamos atender.

A equipe de facilitadores percebeu, em determinada fase transitória do grupo de 2006, que seria conveniente uma maior preparação de cada encontro, o que foi dificultado pelo caráter voluntário do projeto.

Uma divisão de responsabilidades durante o encontro também pode ser proveitosa, dividindo-se o preparo e os papéis assumidos nos encontros – o responsável pela interação mais imediata, quem observa a dinâmica dos membros na participação do grupo, o cuidado com os horários, e a conveniência de um grupo reflexivo ao final.

6.3 Sugestões de pesquisa

Os comentários ouvidos na avaliação (grupo focal) e no grupo aberto trazem indícios de que os resultados obtidos vão muito além de modificarem uma dinâmica de interação doméstica pela violência. Uma pesquisa que pudesse ouvir os diferentes membros das redes sociais dos homens do grupo e avaliar a extensão das modificações nessa própria rede pode ser interessante no sentido de embasar o alcance das transformações ocorridas.

Recentemente, a equipe do Noos teve um contato mais próximo com a Terapia Comunitária (TC), que é uma poderosa ferramenta na transformação de focos sociais com um significativo nível de desagregação. Um estudo de como aproveitar as contribuições da Terapia Comunitária nestes grupos reflexivos pode trazer aperfeiçoamentos metodológicos para a prática destes grupos.

Uma outra abordagem possível seria a de formas eficazes de sensibilização da sociedade que atuem preventivamente na questão da violência doméstica. De que formas o masculino está sendo reconstruído na contemporaneidade, e quais as principais forças existentes nessa reconstrução? Que conflitos decorrem deste novo masculino que aflora com a realidade atual, e quais as suas influências na violência doméstica? Que tipo de (ir)responsabilidade social é crítica na transformação dos quadros de violência?

As transformações contextuais a que estamos submetidos na atualidade que impactam na transformação dos conflitos domésticos e nos recursos para lidar com eles vão muito além das possibilidades dessa monografia, mas oferecem um amplo campo de investigação adicional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ACOSTA, Fernando; ANDRADE Fº, Antônio, BRONZ, Alan. – *Conversas Homem a Homem: Grupo Reflexivo de Gênero - Metodologia*. Rio de Janeiro, Instituto NOOS, 2004
- ANDERSEN, Tom. – (1991) *Processos Reflexivos*. Rio de Janeiro, ITF-RJ/Noos, 2002, 2ª ed.
- AXLINE, V.M. – *Dibs, em busca de si mesmo*. Rio de Janeiro, Agir, 1999.
- BAREMBLIT, G. O movimento institucionalista; a auto-análise e a autogestão. In: *Compêndio de análise institucional*. Rosa dos Tempos, 1992.
- BAUMAN, Zygmunt. (1998) *Globalização – as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1999.
- BAUMAN, Zygmunt - (2003) *Amor líquido*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2003.
- BRASIL – MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Notificação sobre maus-tratos contra crianças e adolescentes: um passo a mais na cidadania em saúde*. Brasília: Ministério da Saúde / Secretaria da Assistência à Saúde.
- BEDIA, Rosa Cobo. Género. In.: Amorós, Célia. 10 palabras clave sobre mujer. Estella, Espanha: Verbo Divino, 1998, 2ª ed.
- CITADOR. <http://citador.weblog.com.pt/>
- CODDOU, F. et al. *Violencia; en sus distintos ambitos de expresión*. Santiago de Chile, Dolmen, 1995.
- COSTA, Jurandir Freire. *Homens e Mulheres*. In: *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- DESLANDES, Suely Ferreira. *Prevenir a violência: um desafio para profissionais de saúde*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ENSP/CLAVES – Jorge Careli, 1994.
- ENRIQUEZ, Eugène. *A criatividade nas instituições*. Rio de Janeiro: IP/CFCH/UFRJ, s.d.
- FERRI, Genovino; CIMINI, Giuseppe. *Analytical Setting: Time, Relation, and Complexity*. IN: *Annals of the New York Academy of Sciences*. vol. 879, pp.154-157, jun 2000.
- GIFFIN, Karen. *Homens, heterossexualidades e reprodução no Brasil*. ENSP/FIOCRUZ, 1998.

- GINZBURG, Carlo (1989) . Sinais – raízes de um paradigma indiciário.
In: *Mitos, emblemas, sinais - morfologia e história*. São Paulo, Cia. das Letras, 1990.
- GOSWAMI, Amit. A ponte entre ciência e religião.
Transcrição da entrevista concedida ao programa Roda Viva da TV Cultura, em 07/12/2005.
Impresso de <http://www.saindodamatrix.com.br/archives/goswami.htm>
- HERRINGTON, Jan; OLIVER, Ron. Designing for reflection in online courses.
Impresso de <http://elrond.scam.ecu.edu.au/oliver/2002/HerringtonJ.pdf>
- KLEIN, Naomi. Sem logo – a tirania das marcas em um planeta vendido.
Record, 2004.
- KRUG, E.G. et al., eds. World report on violence and health.
Geneva, World Health Organization, 2002.
- BOUD & KEOGH & WALKER (Eds.), Reflection: Turning experience into learning.
London: Kogan Page
- MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. (1987) A árvore do conhecimento.
Editorial Psy, Campinas, 1995.
- MILLET, K. La política sexual.
México: Aguilar, 1975.
- MINUCHIN, Salvador – *Famílias: Funcionamento & Tratamento*.
Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- MORAES, Dênis. Notas sobre o imaginário social e hegemonia cultural.
Impresso de <http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv44.htm>
- NAHOUM. (1989) Manifesto Masculinista.
Condensação do Jornal Mulherio, nº 25, 1986.
- NARANJO, Cláudio. (1996) Os nove tipos de personalidade.
Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.
- NÚCLEO DE ATENDIMENTO A FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE LITÍGIO –
Atendimento a famílias em situação de litígio.
Apostila, Rio de Janeiro: ITF-RJ, 2006.
- OLIVEIRA, José Guilherme C. - Ser e não ser: a dinâmica do universo.
Rio de Janeiro: Papel Virtual, 2000.
- OLIVEIRA, José Guilherme C.; - A crise de valores na pós-modernidade.
Anais do 7º Congresso de Psicoterapia Corporal. São Paulo, out/2005.
- PAKMAN, Marcelo. La marca de Caín: conciencia y testimonio en la epistemología de la violencia.
Sistemas familiares, jul.2000, pp. 9-23.

- PAKMAN, Marcelo. Terapia familiar em contextos de pobreza, violência, dissonância étnica. IN.: Nova Perspectiva Sistêmica, ano II, nº 4, outubro/1993.
- REICH, Wilhelm - (1928-1949) A Análise do Caráter.
São Paulo: Martins Fontes, 1989, 1ª edição.
- ROSALDO, Michelle; LAMPHERE, Louise (Coord.). (1971) A mulher, a cultura e a sociedade. Uma revisão teórica.
Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- SANTOS, Jair F. O que é pós-moderno. Coleção Primeiros Passos, nº 165.
São Paulo, Brasiliense, 1986.
- SCHENKER, Miriam; MINAYO, Maria Cecília S. - A implicação da família no uso abusivo de drogas: uma revisão crítica. IN: *Ciência & Saúde Coletiva*. v.8 n.1, Rio de Janeiro, 2003
- SHIVA, Vandana. Jeffrey Sachs não sente fome – Dois mitos que mantém a pobreza. *The Ecologist* (July/August 2005).
Impresso de http://www.novae.inf.br/pensadores/mitos_pobreza.htm
- SLUZKI, Carlos E. – A rede social na prática sistêmica – Alternativas Terapêuticas.
São Paulo, Casa do Psicólogo, 1997.
- TARNAS, Richard - (1991) A epopéia do pensamento ocidental.
Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2003.
- WHO Global Consultation on Violence and Health. Violence: a public health priority.
Genova, World Health Organization, 1996.
Apud: Krug, E.G. et al., eds. World report on violence and health.
Genova, World Health Organization, 2002.
- ZUMA, Carlos Eduardo. Epistemologia sistêmico-construtivista e a clínica: pontos a serem considerados, IN.: Macedo, R.M.S. (org.) *Terapia Familiar no Brasil: estado da arte*. Anais do I Congresso Brasileiro de Terapia Familiar. São Paulo, APTF, 1995.

ANEXO I – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS CANDIDATOS